

EDUCAÇÃO QUE DÁ CERTO

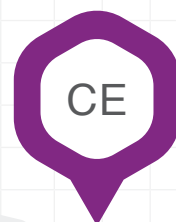
> O caso do Ceará

*Ampliando as oportunidades
de aprendizagem para todos*





TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



CEARÁ

EDUCAÇÃO QUE DÁ CERTO

O caso do Ceará

JANEIRO > 2022

> APRESENTAÇÃO

Sobre o Todos Pela Educação

Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. A Educação só será melhor com boas políticas educacionais: estruturantes, bem formuladas e continuamente aprimoradas. E atuamos para que isso seja realizado em todo o Brasil, reunindo e estruturando o melhor do conhecimento e das evidências disponíveis, qualificando o debate e articulando com o poder público..

SAIBA MAIS EM

www.todospelaeducacao.org.br

Sobre o Educação Que Dá Certo

Iniciada em outubro de 2020, a iniciativa “Educação Que Dá Certo” mapeia, analisa e dissemina bons exemplos de políticas educacionais pelo Brasil. Com isso, além de valorizar os gestores e as secretarias que implementam tais políticas, busca-se mostrar como experiências de êxito na Educação brasileira podem inspirar ações de outras Secretarias de Educação do País.

SAIBA MAIS EM

www.educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br

Sobre este documento

Este documento apresenta o caso do Ceará. Este Estado nordestino é um destaque nacional e referência em Educação de qualidade, mesmo estando em um contexto desafiador do ponto de vista socioeconômico. São explorados os resultados educacionais do Estado, as premissas da gestão educacional e as principais políticas educacionais que foram construídas e ajudam a explicar os caminhos que o Ceará vem percorrendo para se destacar no cenário da Educação brasileira.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Cruz

Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-Executivo

Gabriel Barreto Corrêa

Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

REDAÇÃO

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

Theodora Beluzzi

Consultora de Projetos

REVISÃO TÉCNICA

Lucas Hoogerbrugge

Líder de Relações Governamentais

APOIO TÉCNICO

Leonardo Yada

Coordenador de Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Priscilla Cabral

Líder de Comunicação e Mobilização

Priscilla Kesley

Coordenadora de Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO EXTERNA

Estúdio Labirinto

REVISÃO EXTERNA

Paula Bosi

Jornalista e Revisora



> ÍNDICE

Sumário executivo, 5



Capítulo 1

DE ONDE ESTAMOS FALANDO? – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CEARÁ E ATORES DA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 8

- 1.1 » Principais características do Estado e da rede de ensino, 10
- 1.2 » Trajetória de transformação da educação local e seus atores políticos, 11



Capítulo 2

POR QUE CONSIDERAMOS ESTE ESTADO UM CASO DE SUCESSO? – OS RESULTADOS EDUCACIONAIS DO CEARÁ, 13

- 2.1 » Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), 15
- 2.2 » Resultados educacionais (acesso, trajetória e aprendizagem), 17
- 2.3 » Desigualdade na aprendizagem, 19



Capítulo 3

O QUE ESTÁ POR TRÁS DOS RESULTADOS DO CEARÁ? – COMO E QUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FORAM IMPLEMENTADAS, 20

- > 3.1 » Premissas da gestão educacional, 24
- > 3.2 » Políticas educacionais do Ceará, 26
 - 3.2.1 » Educação Infantil - Mais Infância Ceará, 26
 - 3.2.2 » Ensino Fundamental - Mais PAIC, 30
 - 3.2.3 » Ensino Médio - Ceará Educa Mais, 42

Conclusão, 48

Lista de entrevistados para a elaboração deste documento, 49

SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTE DOCUMENTO APRESENTA O CASO DO CEARÁ NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

São explorados os principais resultados, as premissas da gestão educacional local e as políticas públicas que foram construídas e ajudam a explicar os caminhos que o Ceará vem percorrendo para se tornar um caso de sucesso na Educação brasileira.

O Ceará vem se destacando pela qualidade da Educação ofertada, ocupando as primeiras posições entre os Estados (3º lugar nos Anos Iniciais, 1º lugar nos Anos Finais e 6º lugar no Ensino Médio) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Além disso, vem melhorando seus resultados de forma consistente ao longo dos anos, sendo que, atualmente, possui números superiores à média nacional tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, conforme aponta o gráfico 1.

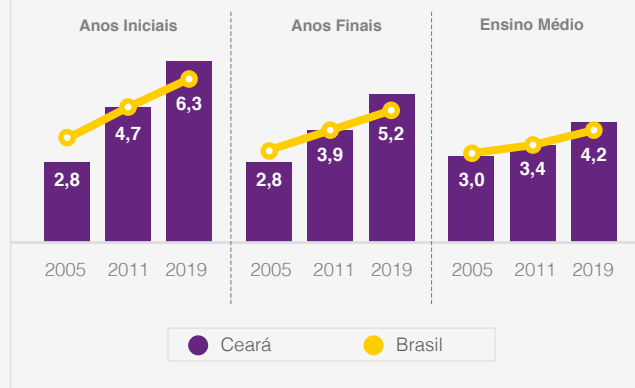
Outro fato que não pode ser ignorado é que o Ceará atingiu esses excelentes resultados mesmo em um contexto desafiador, na medida em que é um dos Estados mais pobres do País (5º Estado com menor PIB per capita). O gráfico 2 compara os resultados do Ideb nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com o PIB per capita dos Estados e contribui para dimensionar o êxito da experiência educacional cearense.

Reconhece-se que os excelentes resultados que o Ceará atingiu podem ser atribuídos a um conjunto de políticas educacionais que foram sendo implementadas e aprimoradas de forma contínua ao longo dos anos. Neste material, as principais medidas serão descritas de forma detalhada. O quadro-resumo abaixo traz as premissas da gestão educacional e as principais políticas destacadas neste documento.



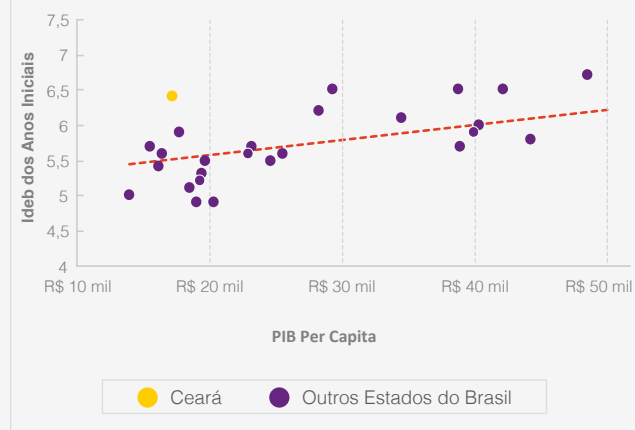
O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), divulgado a cada dois anos, é o principal indicador de qualidade da Educação do Brasil. O índice propõe equilibrar duas dimensões: o índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

GRÁFICO 1 » IDEB DO CEARÁ E DO BRASIL, POR ETAPA (REDE PÚBLICA)



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação

GRÁFICO 2 » RELAÇÃO ENTRE IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA) E PIB PER CAPITA DOS ESTADOS BRASILEIROS¹



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Ideb e IBGE (2018).
Elaboração: Todos Pela Educação

¹ > Foram utilizados os últimos dados disponíveis: as notas do Ideb de 2019 (Inep/MEC) e os PIBs per capita estaduais de 2018 (IBGE).



Premissas da gestão educacional cearense

1 Lideranças políticas são comprometidas com a qualidade da Educação

Os Governadores acompanham de perto as ações da Secretaria, escolhem Secretários(as) com capacidade de liderança e profundo conhecimento dos desafios da educação cearense, lhe dão autonomia para formar suas equipes técnicas e são capazes de blindar a Educação de interesses puramente político-partidários.

2 O Estado também é responsável pelo sucesso dos estudantes das redes municipais

O Ceará percebeu que fornecer uma combinação de apoio e incentivos aos Municípios, estabelecendo uma relação horizontal de colaboração e diálogo, é uma estratégia fundamental para ampliar as oportunidades de todos os alunos, independentemente de sua origem e da rede de ensino em que estão matriculados.

3 Mudanças efetivas dependem da apropriação da agenda pelos atores implementadores

Transformações em escala, como no caso do Ceará, dependem do engajamento daqueles que, de fato, implementam as políticas públicas: os professores, os gestores escolares, as equipes técnicas das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e os gestores municipais. Esses atores tiveram apoio e autonomia para liderar essas mudanças de forma coordenada com a agenda proposta pela Secretaria.

4 Visão sistêmica com foco na sala de aula

O Ceará montou um sistema educacional composto por um conjunto de políticas coerentes entre si, com o foco na sala de aula e com uma gestão altamente voltada para a aprendizagem dos alunos. A interação entre as diferentes medidas foi capaz de produzir um impacto substancial na qualidade da Educação local.

5 O engajamento da sociedade na Educação é importante para assegurar os avanços

O governo estadual promove uma série de ações para engajar a sociedade na causa da Educação, incentivando a população a monitorar os resultados e cobrar melhorias, além de incluir a sociedade civil na formulação de políticas educacionais. O Comitê de Articulação do PAIC, composto por diversas organizações, é o melhor exemplo.



Principais políticas educacionais

1 Mais Infância Ceará – Educação Infantil
Programa do Governo Estadual em colaboração com os Municípios, o Mais Infância tem um olhar específico para a Primeira Infância (0 a 6 anos) e foco nas crianças mais vulneráveis. Com quatro eixos e diversas iniciativas, na Educação, os principais destaques são o apoio aos Municípios no suporte pedagógico (materiais pedagógicos e formação de gestores e professores) e a construção de Centros de Educação Infantil. Além disso, há ainda o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin), que visa apoiar e orientar as famílias sobre os cuidados e a Educação de crianças que não estão matriculadas em Creche, a partir de visitação familiar e encontros comunitários.

2 Mais PAIC – Ensino Fundamental
O Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Mais PAIC) é um regime de colaboração entre Estado e Municípios, visando o apoio estadual à oferta do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) das redes municipais. O programa combina suporte e incentivos para o aprimoramento dos resultados educacionais dos Municípios. São fornecidos às redes municipais diversos apoios (por exemplo, formação para professores, materiais didáticos, avaliações formativas e somativas e equipes destinadas para suporte e acompanhamento), combinados com mecanismos de incentivo à melhoria dos resultados educacionais (a distribuição da cota parte ICMS e o Prêmio Escola Nota 10).

3 Ceará Educa Mais – Ensino Médio
O Ceará Educa Mais organiza as principais estratégias para o Ensino Médio, unificando-as em uma política para uma ação mais coordenada e sistêmica. São 25 iniciativas ao total, que visam garantir a aprendizagem e enfrentar o novo contexto educacional. O destaque são as escolas em tempo integral, responsáveis por cerca de 30% das matrículas no Ensino Médio. Uma das modalidades dessas unidades escolares são as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), que integram a formação profissional à oferta do Ensino Médio.

O Todos Pela Educação espera que este material possa subsidiar os tomadores de decisão de redes municipais e estaduais na formulação e na implementação de políticas de gestão escolar mais efetivas. Olhar para as redes de ensino que vêm obtendo êxito na oferta de uma Educação de qualidade é ainda mais importante em um momento em que a Educação brasileira enfrenta desafios complexos decorrentes do longo período de fechamento das escolas causado pela pandemia da Covid-19.

Mitigar os impactos da pandemia para as comunidades escolares será a tônica da retomada da Educação nos próximos meses e anos. Somente será possível superar todas as barreiras que o contexto impõe por meio da estruturação e do fortalecimento de políticas educacionais mais efetivas. O sistema educacional do Ceará e as políticas analisadas neste documento podem e devem fazer parte das inspirações!



DE ONDE ESTAMOS FALANDO?



Principais características do Ceará e atores da transformação da Educação





1.1

Principais características do Estado e da rede de ensino

O Ceará é um Estado localizado na região Nordeste, com 184 Municípios e uma população de cerca de 9 milhões de habitantes. A tabela abaixo traz as principais informações do Ceará e uma comparação com outros Estados brasileiros.

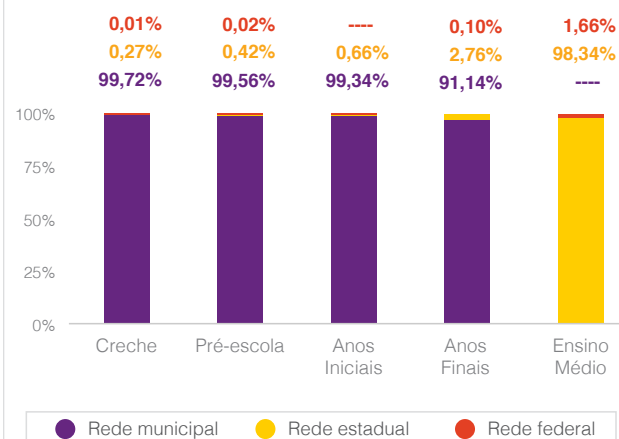
TABELA 1 » INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO CEARÁ

INDICADOR	NÚMERO	POSIÇÃO NO RANKING DE ESTADOS
Número de Municípios	184	12º
População estimada (2021)	9.240.580	8º
PIB per capita (2018) - valores correntes (em R\$)	17.178,26	23º
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2017)	0,735	15º

FONTE: Municípios e População: IBGE, 2021. IDH: Ipea, 2019. PIB: IBGE, 2018.

Na Educação Básica, o Ceará conta com 2.132.240 matrículas, sendo que 81,6% dessas estão na rede pública cearense (escolas municipais e estaduais)². O Ceará se destaca de outros Estados pelo alto nível de municipalização do Ensino Fundamental³. O gráfico 3 aponta que os Municípios são responsáveis por praticamente toda a oferta da rede pública da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, sendo que o Ensino Médio está nas mãos da rede estadual.

GRÁFICO 3 » DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA NO CEARÁ, POR REDE DE ENSINO (2020)



FONTE: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar 2020.
Elaboração: Todos Pela Educação

2 > Para saber mais, veja o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-ceara.html>

3 > Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o Ceará é o segundo Estado brasileiro com maior percentual de matrículas municipalizadas, ficando atrás apenas do Maranhão.

Trajetória de transformação da Educação local e seus atores políticos

DETERMINAR A DATA DE INÍCIO do processo de transformação da Educação cearense é uma tarefa complexa.

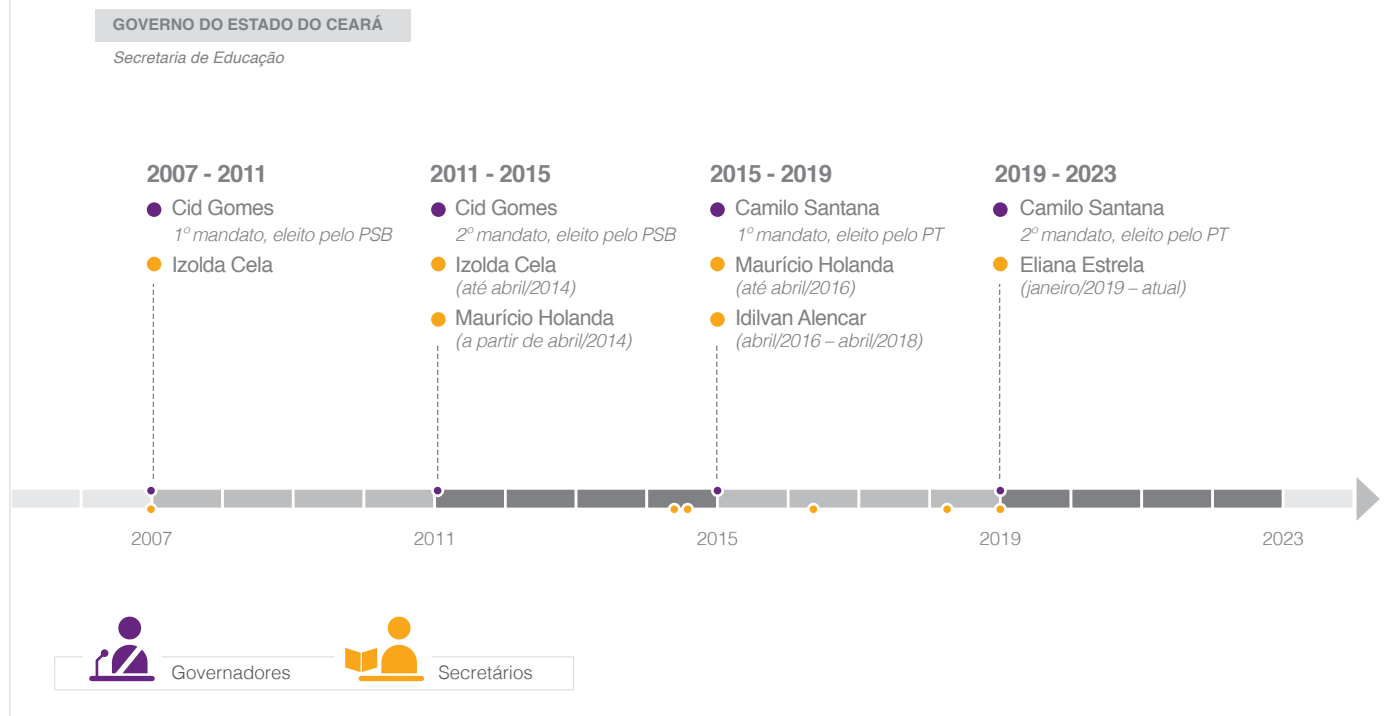
Ainda na década de 70, iniciou-se o processo de municipalização da oferta do Ensino Fundamental. Já na década de 90, durante os governos de Ciro Gomes (eleito pelo PSDB) e Tasso Jereissati (PSDB), esse processo foi concluído e algumas importantes ações de cooperação entre o Estado e os Municípios foram iniciadas⁴.

Entretanto, por mais que a municipalização tenha avançado e outras políticas relevantes tenham sido implementadas nos anos anteriores⁵, os resultados educacionais do Ceará ainda eram decepcionantes.

Apenas a partir de 2011 é que o Ceará começa a se destacar no cenário nacional (como pode-se observar no gráfico 1).

O grande ponto de virada e um dos principais elementos que explicam a melhoria dos resultados do Estado foi a implementação, como política governamental, do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), iniciado em 2007. Portanto, este documento adotará esse ano como marco inicial do processo de transformação da Educação no Ceará. A linha do tempo abaixo traz as principais lideranças políticas (Governadores e Secretários(as) de Educação) desse período no Ceará.

FIGURA 1 » LINHA DO TEMPO RETRATANDO OS PRINCIPAIS ATORES DA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO



Elaboração: Todos Pela Educação

4 > Algumas políticas importantes criadas nesse período que fortaleceram a colaboração entre Estado e Municípios foram o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Ceará (Spaace), criado em 1992, e o concurso público unificado para professores, realizado pela Secretaria de Educação com 153 Municípios, em 1997.

5 > Para um panorama histórico, ver o texto "Regime de Colaboração no Ceará: funcionamento, causas de sucesso e alternativa de disseminação do modelo", Abrucio, Seggatto e Pereira (2017). Disponível em: <https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2020/08/Pesquisa-FGV-PAIC.pdf>.

O ano de 2007 ficou marcado pelo início do governo **Cid Gomes** (eleito pelo PSB). Ele havia sido Prefeito de Sobral por dois mandatos (1997 a 2004), tendo um papel central na transformação da Educação no Município⁶. Como veio de uma Prefeitura, Cid assumiu o governo com um discurso municipalista, focando na cooperação e no apoio do governo estadual aos Municípios.

Na Educação, o seu objetivo principal era replicar a experiência exitosa de Sobral para outras redes municipais de ensino, com o foco na redução dos índices de analfabetismo. Para tal, convidou para a Secretaria de Educação do Ceará (Seduc-CE) **Izolda Cela**, que esteve em cargos de liderança na Secretaria Municipal de Educação de Sobral de 2001 a 2006. Izolda tem um perfil técnico, atuando como professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú antes de assumir diversos cargos na gestão pública. Foi Secretária de Educação do Ceará durante oito anos (de 2007 a 2014, nos dois mandatos de Cid Gomes, que foi reeleito em 2010). Sua gestão foi marcada pelo início do PAIC, em 2007, com foco na alfabetização, e pela expansão do programa para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2011. Em 2014, concorreu como vice-governadora na chapa de **Camilo Santana** (PT). Venceram a eleição de 2014 e foram reeleitos em 2018.

Maurício Holanda substituiu Izolda ainda em 2014, no governo Cid Gomes, e foi mantido por Camilo Santana. Desde 2007, Maurício atuava como Secretário-Adjunto na Seduc-CE e também havia tido experiência como Secretário de Educação em Sobral. É considerado um nome técnico, com ampla experiência na formulação de políticas educacionais. Maurício permaneceu na liderança da Secretaria por dois anos (até abril de 2016), quando foi substituído por **Idilvan Alencar**.

Assim como ele, Idilvan também atuou em cargos de liderança na Seduc-CE, como Secretário Executivo, de 2007 a 2014. Em 2015, foi Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, em 2016, regressou ao Ceará como Secretário. Funcionário público de carreira, também é considerado um nome técnico, com ampla experiência na gestão educacional.

Com continuidade das políticas públicas e lideranças técnicas experientes, o Ceará consegue alterar sua realidade educacional e garantir os bons resultados educacionais.

Idilvan permaneceu até abril de 2018, quando saiu para concorrer ao cargo de Deputado Federal e foi substituído por **Rogers Mendes** até o final de 2018. Já no novo mandato de Camilo Santana, em 2019, foi escolhida **Eliana Estrela** para assumir a Seduc-CE. Depois de passar por diversas funções dentro da rede de ensino estadual, como professora, gestora e Coordenadora de uma Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede)⁷, é a atual responsável por liderar a Educação cearense.

A análise das principais lideranças da transformação educacional do Ceará traz duas conclusões:

- **Continuidade de políticas públicas.** A chegada de Cid Gomes (PSB) ao Governo Estadual, em 2007, representou o início de um novo grupo político no poder, na medida em que o Ceará era governado pelo PSDB desde 1991. Contudo, mesmo com a troca de comando, muitas políticas educacionais foram mantidas. Já Camilo Santana (PT), que sucedeu e é do mesmo grupo político de Cid Gomes, aprimorou e deu continuidade às principais políticas estruturantes que começaram no governo anterior;
- **Lideranças técnicas e experientes.** Os(As) Secretários(as) escolhidos(as) tinham amplo conhecimento do contexto educacional cearense e da implementação de políticas educacionais. Todos os Secretários que vieram depois de Izolda Cela, que já havia atuado na Educação em Sobral, tiveram passagens pela Seduc, em cargos de liderança, antes de assumirem o comando da Secretaria.



⁶ > Em 2005, o Ideb de Sobral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental era 4,0, sendo o segundo melhor resultado entre os Municípios cearenses e o oitavo entre os Municípios nordestinos.

⁷ > As Credes são os órgãos que intermediam as relações entre as escolas, as redes municipais e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, estando presentes nos diferentes territórios do Estado. Cumprem uma função semelhante às Diretorias Regionais de Educação, termo comum em outras redes de ensino. São responsáveis por acompanhar, apoiar e monitorar os resultados tanto das redes e escolas municipais como das escolas estaduais de sua região.

capítulo 2 >>>>>>>>>>

POR QUE CONSIDERAMOS ESTE ESTADO UM CASO DE SUCESSO?

Os resultados educacionais do Ceará





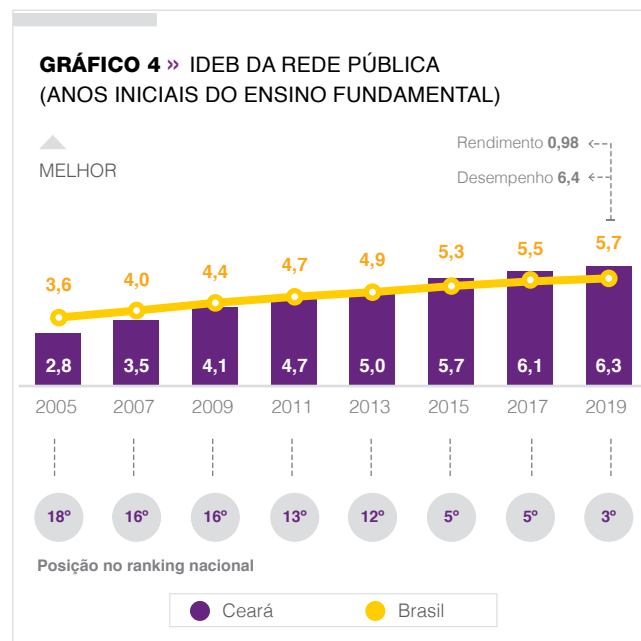


Neste capítulo, serão explorados os principais indicadores educacionais do Ceará, que justificam a visão de que o Estado é um caso de sucesso na Educação Básica. Ele está dividido em três partes: **a primeira apresenta os resultados do Ideb⁸**, indicador sintético que resume a qualidade educacional local; **a segunda traz indicadores de resultado**, destacando o desempenho do Ceará nas dimensões de acesso, trajetória escolar e aprendizagem; por fim, **a terceira parte discute a desigualdade na aprendizagem** entre os estudantes cearenses.

2.1 > Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

A evolução do Ideb cearense no Ensino Fundamental é notável. Quando o Ideb começou a ser mensurado, em 2005, o Ceará obteve notas menores que a média brasileira. Em comparação com outros Estados, ocupava o 18º lugar, tanto nos Anos Iniciais como nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Como podemos ver nos gráficos 4 e 5, os resultados na rede pública do Ensino Fundamental aumentaram em ritmo mais acelerado que o Brasil, colocando o Ceará, em 2019, na 3ª colocação entre os Estados, nos Anos Iniciais, e em 1º lugar, nos Anos Finais, empatado com São Paulo. Nos Anos Iniciais, a nota saiu de 2,8, em 2005, para 6,3, em 2019.



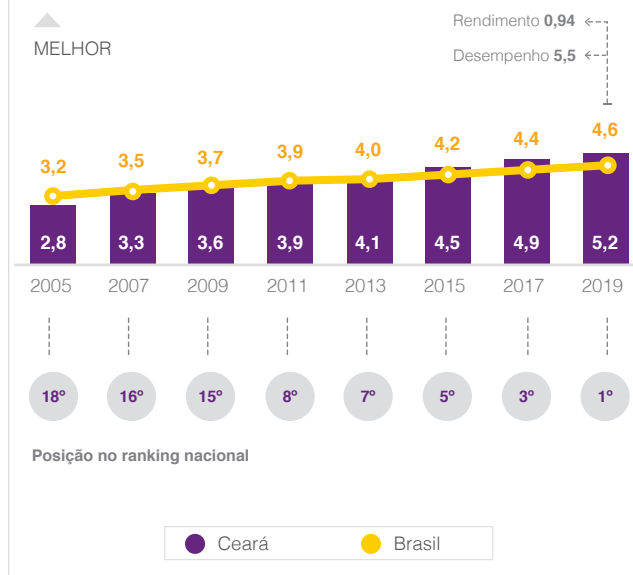
FONTE: MEC/Inep/Daeb - Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação

8 > O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é calculado a partir de duas dimensões: o índice de rendimento escolar (média das taxas de aprovação do ciclo avaliado) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (nota padronizada).

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o Ceará atingiu 5,2 de nota no Ideb. No gráfico 5, nota-se que, desde 2005, quando o índice atingiu apenas 2,8, a melhora nos resultados foi expressiva: uma diferença de 2,4 pontos, passando da 18ª posição para a liderança entre os Estados.

No Ensino Médio, os resultados são menos consistentes, mas, ainda assim, apresentam importantes avanços na série histórica. Entre 2005 e 2019, o Estado saltou 1,2 ponto no índice, saindo de 3 para 4,2 - resultado superior à média nacional, de 3,9. Nas duas últimas edições, o Ceará vem se destacando ao ocupar as primeiras colocações na comparação com outros Estados.

**GRÁFICO 5 » IDEB DA REDE PÚBLICA
(ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)**



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação

**GRÁFICO 6 » IDEB DA REDE ESTADUAL
(ENSINO MÉDIO)**



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Ideb.
Elaboração: Todos Pela Educação



Resultados educacionais (acesso, trajetória e aprendizagem)

UM ENTENDIMENTO MAIS COMPLETO sobre qualidade educacional é baseado em três elementos que ajudam a concretizar o significado do direito à Educação. Assegurar que esses três objetivos sejam alcançados, simultaneamente, é condição necessária para que tenhamos uma Educação de qualidade. São eles:

- O **acesso** das crianças e dos jovens à escola, conforme previsto na legislação;
- A **trajetória** adequada entre as séries;
- A **aprendizagem** de todos os alunos na idade certa.

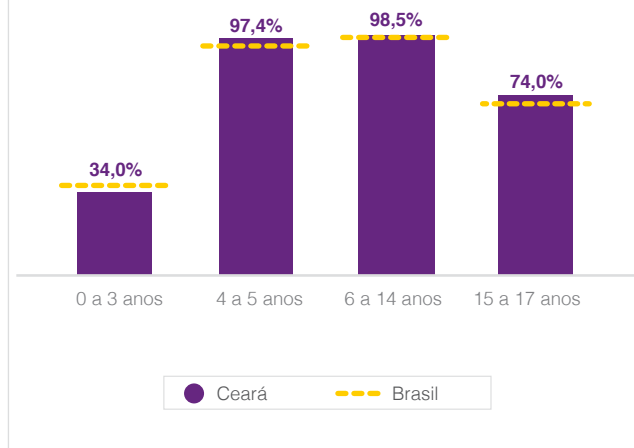
ACESSO

Em relação ao acesso à escola⁹, o gráfico 7 aponta que o Ceará tem indicadores melhores do que a média brasileira em todas as etapas, menos na Creche (0 a 3 anos), que não é obrigatória por lei. Um dos principais destaques, em termos de acesso, está na Pré-Escola, na qual o Ceará tem a 4ª maior taxa de atendimento entre os Estados brasileiros¹⁰. No Ensino Fundamental, os números são similares à média brasileira. No Ensino Médio, o resultado do Ceará é melhor do que a média nacional, ainda que esteja longe de um cenário ideal.

TRAJETÓRIA

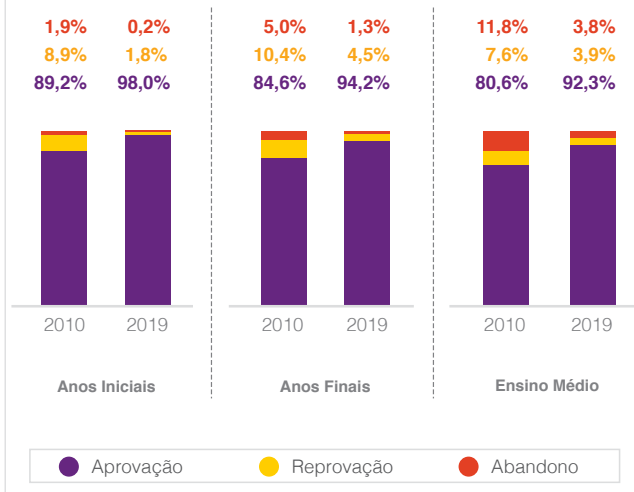
Quanto à garantia da permanência dos alunos na escola, com trajetória escolar adequada entre as séries, um importante indicador são as taxas de rendimento, que medem o percentual de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola em determinado ciclo. O gráfico 8 aponta que o Ceará avançou bastante nas três etapas, diminuindo os índices de reprovação e abandono - especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

GRÁFICO 7 » TAXA DE ATENDIMENTO POR ETAPAS - 2019 (CEARÁ X BRASIL)



FONTE: IBGE/Pnad Contínua.
Elaboração: Todos Pela Educação

GRÁFICO 8 » TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR NO CEARÁ POR ETAPA - 2010 E 2019¹¹



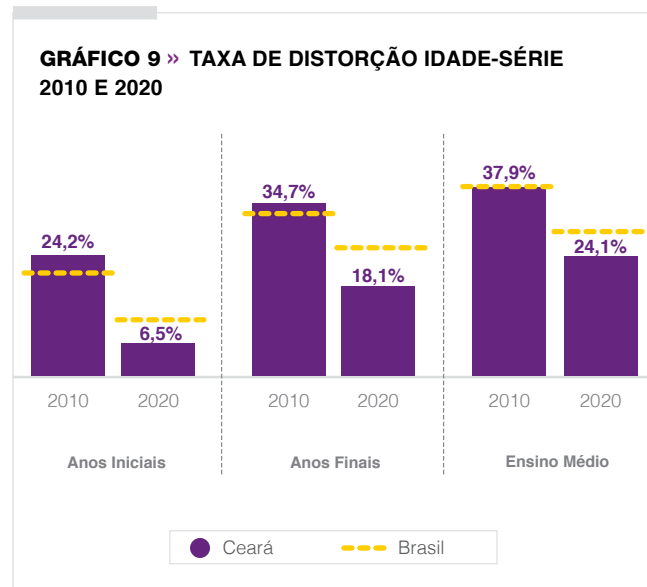
FONTE: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais.
Elaboração: Todos Pela Educação

⁹ > O acesso é medido pelo percentual de crianças e jovens, por faixa etária, matriculados na escola.

¹⁰ > Em 2018, o Ceará era o Estado com a maior taxa de atendimento na etapa da Pré-Escola do País. Em 2019, foi ultrapassado apenas pelo Maranhão (97,6%), Rio Grande do Norte (98%) e Piauí (99,1%). Para saber as taxas de atendimento de todos os Estados brasileiros, leia o Anuário Brasileiro da Educação Básica, disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/>

¹¹ > Optou-se por utilizar os dados de 2019, pois 2020 foi um ano atípico na Educação Básica, com índices de reprovação muito menores que os anos anteriores. Essa diminuição artificial dos índices foi causada pelo fechamento das escolas e pela recomendação do Conselho Nacional de Educação, por meio de um parecer, recomendando que as redes de ensino evitassem a reprovação dos estudantes. Para ler o parecer, visite: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-ppc011-20/file>

Outro importante indicador na análise da trajetória é a distorção idade-série¹². Conforme mostra o gráfico 9, o Ceará apresenta uma evolução surpreendente: em 2010, o Estado estava com taxas relativamente altas em relação à média nacional. Após dez anos, em 2020, as taxas caíram bastante, ficando bem abaixo da média nacional, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.



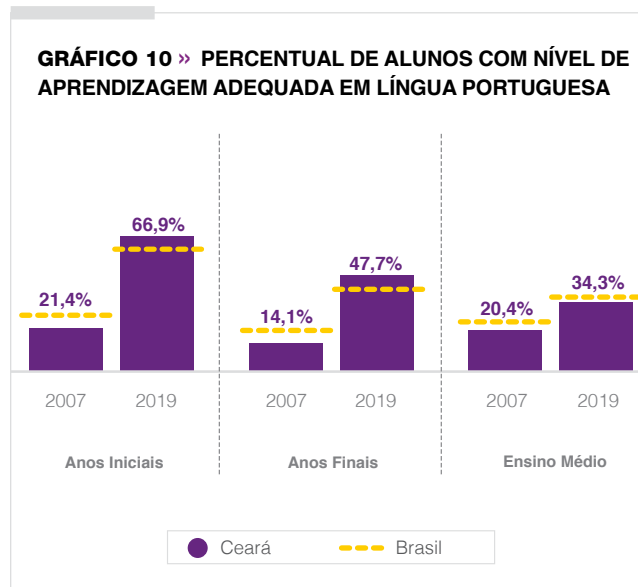
FONTE: MEC/Inep/DEED - Indicadores Educacionais.
Elaboração: Todos Pela Educação

APRENDIZAGEM

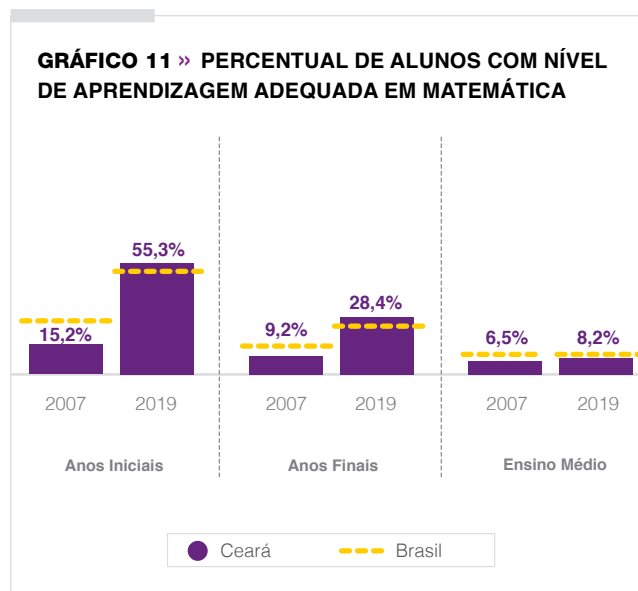
A garantia da aprendizagem adequada de todos os alunos é o que concretiza, de fato, o direito à Educação. Afinal, não basta estar na escola e passar de ano, é preciso aprender. Os gráficos 10 e 11 mostram a evolução no percentual de alunos com aprendizagem adequada, em Língua Portuguesa e em Matemática.

Em Língua Portuguesa, em todo o Ensino Fundamental, a melhora foi expressiva, aumentando 45,5 pontos percentuais nos Anos Iniciais e 33,6 pontos percentuais nos Anos Finais. No Ensino Médio, apesar de ainda não atingir a média brasileira (37,1%), o Estado conseguiu aumentar seu percentual em quase 14 pontos percentuais.

Em Matemática, o avanço no índice também é relevante: nos Anos Iniciais, o Ceará passa de 15,2% para 55,3% dos alunos com aprendizagem adequada - superando a média nacional, de 51,5%. Nos Anos Finais, a melhora foi de quase 20 pontos percentuais, passando de 9,2% para 28,4%, em 2019, quatro pontos percentuais acima da média nacional. Já no Ensino Médio, o cenário é mais desafiador, com estagnação do resultado e desempenho inferior à média brasileira.



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Elaboração: Todos Pela Educação



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Elaboração: Todos Pela Educação



¹² > O indicador de distorção idade-série mensura a proporção de alunos que estão com dois anos ou mais de atraso em sua trajetória escolar.

2.3 > Desigualdade na aprendizagem

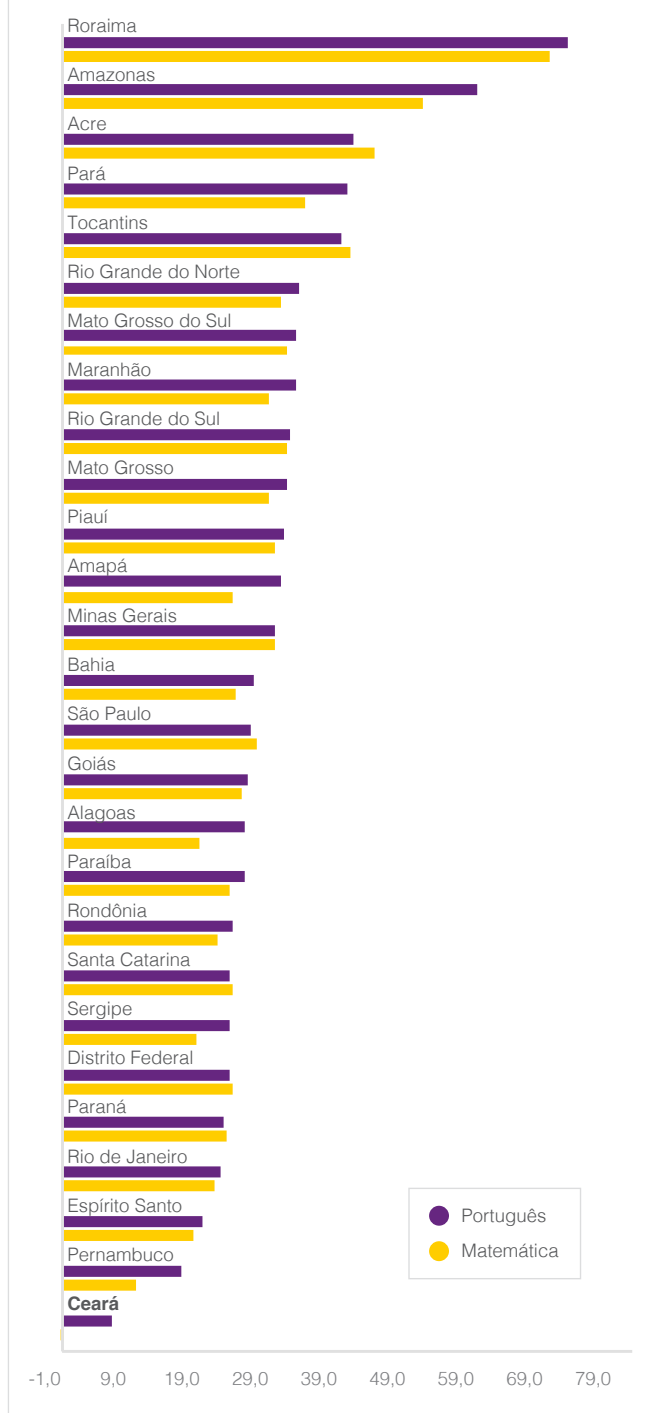
QUALIDADE PARA POUCOS não é **qualidade em Educação**. É necessário garantir oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de sua origem e situação econômica. Nesse quesito, o Ceará é um grande destaque no cenário nacional.

O gráfico 12 mostra a desigualdade de aprendizagem considerando o nível socioeconômico das escolas, mensurada pela diferença entre a média dos alunos das escolas alocadas no quintil mais alto do indicador de nível socioeconômico (INSE) e a média dos alunos das escolas alocadas no quintil mais baixo do INSE. Quanto maior é o valor dessa diferença, maior é a desigualdade entre os alunos de escolas mais ricas e mais pobres.

O Ceará aparece como o Estado com a menor desigualdade de aprendizagem, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática. Em Matemática, a diferença é praticamente nula.

O Ceará é um grande destaque no cenário nacional na garantia de oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de sua origem e situação econômica. No SAEB 2019, aparece como o Estado com a menor desigualdade de aprendizagem entre os mais ricos e os mais pobres.

GRÁFICO 12 » DESIGUALDADE NA APRENDIZAGEM
(ANOS INICIAIS, SAEB 2019)



FONTE: MEC/Inep/Daeb - Ideb. Elaboração: Todos Pela Educação



capítulo 3 >>>>>>>>>>

O QUE ESTÁ POR TRÁS DOS RESULTADOS DO CEARÁ?

*Como e quais políticas educacionais
foram implementadas*







Nos capítulos anteriores, foram apresentadas as principais características da Educação do Ceará e os excelentes resultados que o Estado vem atingindo ao longo dos últimos anos. Já neste capítulo, o principal objetivo é apontar os caminhos percorridos pelo Ceará para atingir este patamar. Para cumprir este desafio, o capítulo está organizado em duas subseções, além desta:

> 3.1

A seção 3.1 traz as premissas da gestão educacional no Ceará. As premissas são os elementos que norteiam e embasam a construção das políticas educacionais da rede. Portanto, o foco está muito mais no como e em quais elementos foram levados em conta para a construção das políticas do que em quais políticas foram implementadas;

> 3.2

A seção 3.2 traz as principais políticas educacionais do Ceará. O foco está em quais políticas foram implementadas, a descrição das suas partes e o processo de formulação e implementação ao longo do tempo.

Foram escolhidas três principais políticas (Mais Infância Ceará, Mais PAIC e Ceará Educa Mais), sendo que cada uma tem o foco em uma etapa da Educação Básica, conforme mostra a figura 2.

FIGURA 2 » PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DO CEARÁ



PRIMEIRA INFÂNCIA/
EDUCAÇÃO INFANTIL



ENSINO FUNDAMENTAL



ENSINO MÉDIO

Elaboração: Todos Pela Educação.

Para facilitar a análise de cada uma das políticas, dividiu-se a descrição de cada uma em quatro blocos:

- 1 Contexto de criação.** Introduz um breve relato do diagnóstico que motivou a construção da política e sob quais condições ela foi desenhada e implementada;
- 2 Principais objetivos.** Aponta os principais desafios que a política educacional busca enfrentar;
- 3 Visão sistêmica.** Apresenta os principais elementos que compõem a política e a forma como estão relacionados e interagem entre si;
- 4 Principais destaques.** Traz alguns destaques de medidas e iniciativas que compõem a política com maior detalhamento¹³.

Por fim, ressalta-se que este material tem como objetivo trazer um amplo panorama de como a Secretaria de Educação do Estado do Ceará estrutura suas políticas e quais são as principais ações e iniciativas. Outros materiais já publicados, que trazem maior riqueza de detalhes sobre determinadas políticas educacionais específicas do Ceará, são sugeridos para aprofundamento ao longo do texto.



13 > Como o PAIC é a política com maior destaque no caso cearense, analisam-se todos os seus principais eixos. Já no caso do Mais Infância Ceará e do Ceará Educa Mais, optou-se por traçar um panorama da política e analisar com mais detalhes uma ou duas iniciativas com maior destaque.

Observando o modelo educacional do Ceará, há alguns fatores que se configuram como viabilizadores do atingimento de seus resultados educacionais. Eles não são políticas públicas em si, mas embasam e orientam as ações da Secretaria de Educação, sendo essenciais para a gestão educacional conduzida no Município. São eles:

1 Lideranças políticas são comprometidas com a qualidade da Educação

O envolvimento dos Governadores e dos Prefeitos nas questões educacionais é uma condição central para o avanço dos resultados no Ceará. As lideranças estaduais acompanham de perto as ações da pasta, escolhem Secretários(as) com capacidade de liderança e profundo conhecimento dos desafios da Educação cearense, lhe dão autonomia para formar suas equipes técnicas e são capazes de blindar a Educação de interesses puramente político-partidários. Além disso, o estabelecimento de um incentivo financeiro para a melhoria da qualidade da Educação e a distribuição da cota-parte do ICMS aos Municípios, a partir de resultados educacionais, foram fundamentais para aumentar a prioridade da Educação dentro da agenda dos Prefeitos.

2 O Estado também é responsável pelo sucesso dos estudantes das redes municipais

A Seduc não é responsável apenas pelos alunos da rede estadual, mas, sim, por todos os alunos cearenses. No Ensino Médio, todos os estudantes chegarão às escolas estaduais se tiverem acesso a uma Educação de qualidade nas etapas anteriores, que são de responsabilidade dos Municípios, chegando mais preparados nesta etapa. O Ceará percebeu que fornecer apoio e incentivos aos Municípios, estabelecendo uma relação horizontal de colaboração e diálogo, é uma estratégia fundamental para ampliar as oportunidades de todos os alunos, independentemente da rede de ensino em que estão matriculados.

3 Mudanças efetivas dependem da apropriação da agenda pelos atores implementadores

Por mais que um desenho adequado de políticas seja central para o êxito de sistemas educacionais, transformações em escala, como é o caso do Ceará, dependem sobretudo do engajamento daqueles que, de fato, implementam as políticas públicas: os professores, gestores escolares, equipes técnicas dos órgãos regionais e gestores municipais. Estes atores tiveram acesso a uma combinação de autonomia e apoio que lhes garantiu condições de implementar de forma coordenada as mudanças previstas na agenda da Secretaria. Além disso, a Seduc lançou mão de uma estratégia de comunicação clara e engajadora com os profissionais da Educação cearense.

4 Visão sistêmica com o foco na sala de aula

O Ceará foi capaz de diagnosticar que um desafio complexo como a Educação exigia um esforço coordenado e sistêmico na construção de políticas públicas. A partir disso, montou-se um sistema educacional composto por um conjunto de políticas coerentes entre si, com o foco na sala de aula e com uma gestão altamente voltada para a aprendizagem dos alunos. A interação entre as diferentes medidas foi capaz de produzir um impacto substancial na qualidade da Educação local.

5 O engajamento da sociedade na Educação é importante para assegurar os avanços

A mobilização da sociedade cearense em torno da pauta educacional foi central para garantir que a Educação avançasse no Estado e nos Municípios. O governo estadual faz uma série de ações para publicizar os resultados educacionais das escolas e dos Municípios, de modo que a população ajude a monitorar e cobrar melhorias. A criação do Comitê de Articulação do PAIC, que conta com diversos setores da sociedade civil organizada, também é uma ação importante nesse sentido.



3.2 > Políticas educacionais do Ceará

3.2.1 > Educação Infantil - Mais Infância Ceará

A > Contexto de criação do Mais Infância Ceará

O programa Mais Infância Ceará¹⁴ foi criado em 2015 sob a liderança da primeira-dama do Estado, Onélia Santana. De natureza intersetorial, a iniciativa articula esforços e políticas de diferentes Secretarias de Estado, tais como Saúde, Educação, Proteção Social e Cultura. O programa foi construído em pactuação com os Municípios cearenses e contou com apoio de diversas organizações para a definição do seu desenho, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), universidades, técnicos das Secretarias envolvidas e do Governo Federal e instituições do terceiro setor.

O Mais Infância surge com o objetivo do governo estadual ter um olhar específico para a Primeira Infância (0 a 6 anos), com foco nas crianças das famílias mais vulneráveis, e de potencializar e apoiar as ações voltadas para o desenvolvimento infantil executadas pelos Municípios. Desde 2021, o programa tornou-se uma política pública estadual, a partir da aprovação da Lei nº 16.856¹⁵.

B > Principais objetivos do Mais Infância Ceará

- Garantir o desenvolvimento integral na Primeira Infância das crianças cearenses.
- Articular as iniciativas e coordenar os esforços das diferentes Secretarias no apoio aos Municípios, no âmbito das ações voltadas para a Primeira Infância.

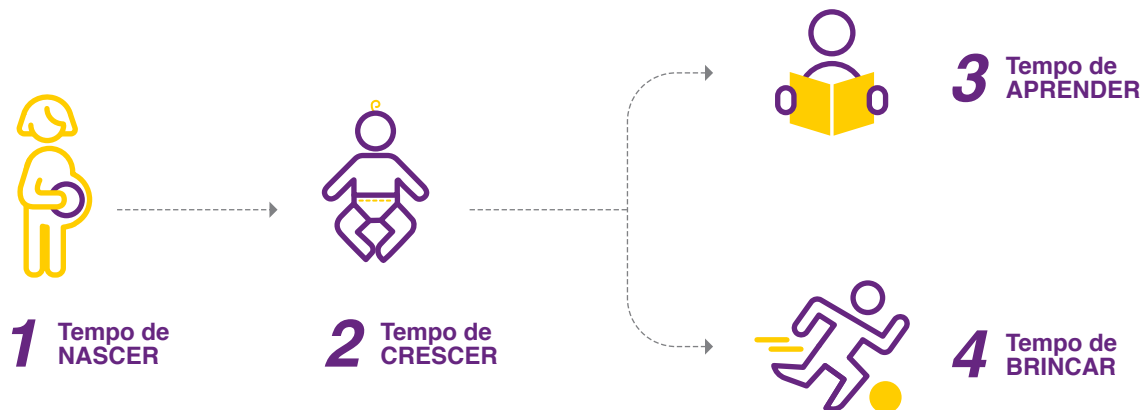
¹⁴ > Para saber mais sobre o programa, acesse: <https://www.ceara.gov.br/mais-infancia-ceara/>.

¹⁵ > A lei está disponível em: https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Lei_Mais_Infa%CC%82ncia_Ceara%CC%81.pdf

C > Visão sistêmica do Mais Infância Ceará

O Programa Mais Infância estrutura-se a partir de quatro eixos: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Aprender e Tempo de Brincar, conforme mostra a figura 3.

FIGURA 3 » EIXOS DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA



Elaboração: Todos Pela Educação.

1. Tempo de Nascer

Reestruturação do cuidado materno-infantil, visando à redução da mortalidade materna e perinatal. O foco está em ações como o apoio ao pré-natal em maternidades de referência e a oferta de métodos contraceptivos para mulheres que tiveram uma gravidez de alto risco.

2. Tempo de Crescer

Reúne as ações que buscam fortalecer os vínculos das famílias e das comunidades com as crianças nos primeiros anos de vida. O principal destaque são as ações de visitação familiar, por meio de iniciativas como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin), detalhado abaixo.

3. Tempo de Aprender

Iniciativas que apoiam os Municípios na oferta da Educação Infantil, tais como construção de Centros de Educação Infantil (CEI), disponibilização de material estruturado para uso em sala de aula e formação de gestores e professores das redes municipais.

4. Tempo de Brincar

Destaque para a instalação de espaços públicos, como praças, que permitem às crianças o acesso a espaços de lazer que estimulem o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

D > Destaques do Mais Infância Ceará

O programa Mais Infância Ceará é composto por um grande conjunto de ações¹⁶, articulando, de forma intersetorial, diversas Secretarias. As principais iniciativas que contam com a participação da Secretaria de Educação são as ações do eixo Tempo de Aprender e o Padin. Em cada Crede, existe um setor responsável pelo apoio aos Municípios na Educação Infantil. Além disso, a Seduc paga um bolsista para atuar em cada uma das 184 Secretarias Municipais para o suporte a esta etapa.

Enquanto o Padin tem como público-alvo as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses que não frequentam a Creche, as ações do Tempo de Aprender são voltadas para o apoio aos Municípios na oferta da Educação Infantil. Essas duas iniciativas serão detalhadas em seguida.

16 > Uma outra ação importante é o cartão "Mais Infância", que garante uma transferência de renda mensal de R\$ 100,00 para as famílias com crianças (de 0 a 5 anos e 11 meses) em situação de vulnerabilidade, incluídas no CadÚnico.

Tempo de Aprender

As ações do eixo “Tempo de Aprender” dividem-se em dois grandes blocos:



CONSTRUÇÃO DE CEI

- Muitos Municípios brasileiros têm dificuldade de universalizar o acesso à Pré-Escola e de ampliar o número de vagas em creches, por conta de dificuldades financeiras para construir e equipar CEIs. No Ceará, o Governo Estadual apoia os Municípios por meio da construção de CEIs que, depois, são entregues para a gestão do Município;
- As construções são padronizadas, sendo que cada unidade custa, em média, R\$ 1,3 milhão e possui capacidade para atender 208 crianças de até 5 anos¹⁷. Os CEIs já são entregues com os equipamentos e mobílias, e é de responsabilidade dos Municípios ceder o terreno e manter o funcionamento da unidade;
- De 2018 ao final de 2022, está prevista a construção de 167 unidades, sendo que 58 já foram entregues aos Municípios¹⁸.



OFERTA DE SUPORTE PEDAGÓGICO (MATERIAL ESTRUTURADO E FORMAÇÃO PARA PROFESSORES)

- Outra ação de apoio aos Municípios, iniciada em 2021, é a oferta de material estruturado para os 24 mil professores da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)¹⁹. Os materiais foram construídos a partir do Documento Curricular Referencial do Ceará - Educação Infantil, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Os materiais foram construídos pela Associação Nova Escola, em parceria com professores da rede estadual. São divididos por faixas etárias e contam com uma série de atividades e sequências didáticas para os professores realizarem junto aos alunos, visando ao desenvolvimento das habilidades previstas no currículo;
- Desde o início do PAIC, ocorrem ações de formação para técnicos de Secretarias Municipais e Gestores Escolares feitas pelas Credes sobre Educação Infantil e, a partir de 2021, foram iniciadas formações com professores na modalidade remota para o uso do material estruturado.

¹⁷ > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2019/10/15/ceara-tem-56-centros-de-educacao-infantil-em-construcao-em-todo-o-estado/>.

¹⁸ > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/mais-infancia-ceara/>. Das 167 unidades, 120 serão construídas com recursos da Secretaria de Educação e 47 com recursos da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).

¹⁹ > Para conhecer os materiais, acesse: <https://materialeducacional.novaescola.org.br/downloads/educacao-infantil>.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin)

O Padin foi desenhado, em 2013, pela Secretaria de Educação com o apoio do Banco Mundial e teve sua implementação iniciada em 2017, como um programa de parentalidade. Combina visitas domiciliares e encontros comunitários para apoiar e orientar as famílias no cuidado e na Educação das crianças.

O programa tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento integral das crianças, por meio do fortalecimento de vínculo com a família e com as comunidades. O quadro abaixo sintetiza as principais informações do Padin:

PÚBLICO-ALVO	Famílias com crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, em áreas com elevada concentração de pessoas em extrema pobreza, na zona rural, e não atendidas pela Creche.
EQUIPE DO PROGRAMA	- São 48 Supervisores e 412 Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADIs), prioritariamente professores com experiência na Educação Infantil. - O ADI, que realiza as visitas, deve também ser morador da comunidade em que o programa atuará. O trabalho é remunerado e o supervisor tem carga horária de 40 horas semanais e o ADI de 20.
RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL	A coordenação do programa e a articulação com as Secretarias envolvidas são feitas pela Seduc, que também é responsável por garantir formação inicial e continuada para as equipes do Padin.
RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS	Responsáveis por selecionar os supervisores, os ADIs e as famílias que farão parte do programa.
FREQUÊNCIA DAS VISITAS	Cada família recebe uma visita domiciliar a cada duas semanas e é convidada a participar da reunião da comunidade uma vez por mês.
NÚMEROS DO PADIN	- Presente em 48 Municípios, atualmente atende 4.120 famílias²⁰ (com um ADI para cada dez famílias). - Desde 2013, já foram realizadas mais de 4,7 milhões de visitas domiciliares no Ceará, que atenderam 125 mil famílias²¹, tanto pelo Padin como pelo Criança Feliz²².
AValiação DO PROGRAMA	Uma avaliação de impacto do programa coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, em parceria com o Banco Mundial, está sendo executada, mas os resultados finais ainda não foram divulgados publicamente.

Elaboração: Todos Pela Educação



20 > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2021/04/05/seduc-realiza-abertura-da-formacao-inicial-do-padin-2021/>

21 > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2021/08/25/mais-infancia-ceara-seis-anos-atuando-na-garantia-de-direitos-das-criancas-cearenses/>

22 > O Programa do Governo Federal Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, lançado em 2016 e, atualmente, sob a coordenação do Ministério da Cidadania, teve o Padin como umas das principais referências para o seu desenho.

3.2.2 > Ensino Fundamental - Mais PAIC

A > Contexto de criação do PAIC

O Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) tornou-se uma política pública governamental em 2007, sendo institucionalizado por meio da Lei nº 14.026²³. Duas experiências anteriores foram centrais para a definição do desenho dessa política: i) os excelentes resultados atingidos por Sobral na alfabetização dos estudantes no início dos anos 2000; e ii) a criação do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar na Assembleia Legislativa, em 2004.

No interior do Ceará, Sobral vinha empreendendo uma série de reformas educacionais desde o primeiro mandato de Cid Gomes, em 1997, com foco em elevar os níveis de alfabetização das crianças. Com Ivo Gomes como Secretário Municipal de Educação, no âmbito pedagógico diversas medidas foram implementadas, tais como o estabelecimento de um currículo, a formação continuada de professores e a oferta de material didático. Esse esforço deu resultado, sendo que, em 2004, 92,2% das crianças que terminavam o 2º ano já estavam alfabetizadas²⁴.

Entretanto, Sobral era uma exceção dentro do cenário educacional cearense. Pensando em como expandir a experiência sobralense para outros Municípios, partiu de Ivo Gomes, eleito Deputado Estadual em 2002, a iniciativa para a criação de um Comitê dentro da Assembleia Legislativa em 2004, com o objetivo de mobilizar diversos atores em torno da alfabetização. O Comitê realizou diversas atividades, com destaque para uma avaliação diagnóstica que apontou os baixíssimos níveis de aprendizagem dos estudantes²⁵.

A partir desse cenário mapeado e das recomendações feitas pelo Comitê, os Municípios cearenses começaram a mobilizar-se em torno da pauta da alfabetização. A principal iniciativa foi a criação do PAIC, em 2005, por meio de uma parceria entre a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação do Ceará (Undime-CE) e a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), com suporte do Unicef. Essa iniciativa ainda “não governamental” foi implementada em 56 Municípios.

Com a chegada ao Governo Estadual de Cid Gomes, em 2007, o PAIC institucionalizou-se como política pública governamental. O objetivo inicial do programa era que todas as crianças cearenses fossem alfabetizadas até os 7 anos. Como os Anos Iniciais do Ensino Fundamental eram municipalizados, o programa foi desenhado a partir da construção de um regime de colaboração visando apoiar os Municípios na gestão educacional. Já em 2007, todos os 184 Municípios cearenses aderiram ao programa.

Nos primeiros anos de implementação da política, os resultados educacionais dos Municípios na alfabetização melhoraram de forma substancial. A figura 4 mostra que, em 2008, praticamente todos os Municípios tinham níveis de alfabetização considerados críticos e já, em 2015, a grande maioria estava nos níveis intermediário ou adequado. Na última edição do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Cearense (Spaace), em 2019, todos os 184 Municípios estavam na posição adequada.

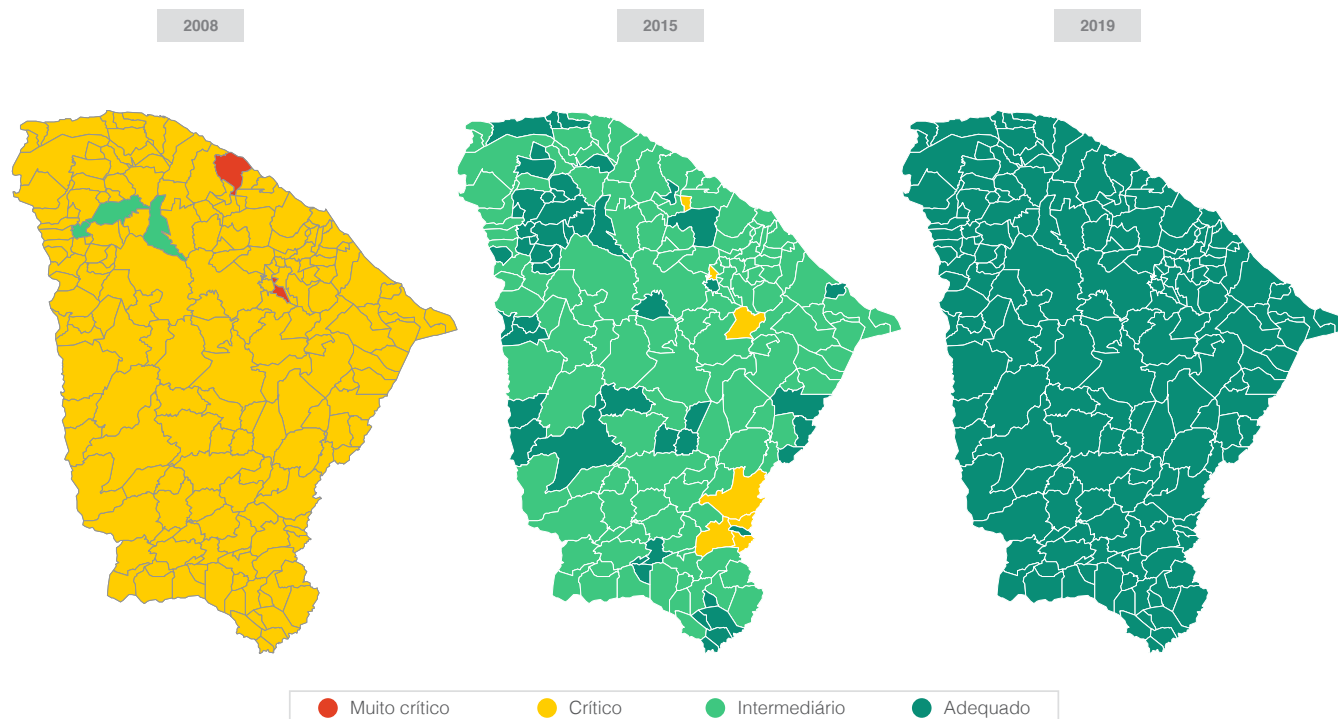
²³ > Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>

²⁴ > Para saber mais sobre a experiência de Sobral, veja (CRUZ & LOUREIRO, 2020) “Alcançando um Nível de Educação de Excelência em Condições Socioeconômicas Adversas: O Caso de Sobral”. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/778741594193637332/pdf/Achieving-World-Class-Education-in-Adverse-Socioeconomic-Conditions-The-Case-of-Sobral-in-Brazil.pdf>

²⁵ > A avaliação amostral feita em 48 redes municipais apontou que 39% dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental não liam, 15% liam muito mal, sem compreender, 31% liam com dificuldade e compreendiam parcialmente e apenas 15% liam e compreendiam.

FIGURA 4 » NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO NO SPAECE ALFA - MUNICÍPIOS CEARENSES (2008, 2015 E 2019).



FONTE: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece).

O sucesso do PAIC fez com que o programa fosse ampliado para todo o Ensino Fundamental, passando a se chamar Programa de Aprendizagem na Idade Certa

(Mais PAIC). O quadro abaixo resume o processo de expansão do programa.

INDICADOR	ANO DE VIGÊNCIA	SÉRIES
PAIC	2007 - 2011	1º e 2º anos do Ensino Fundamental (ênfase em alfabetização)
PAIC + 5	2011 - 2015	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos)
Mais PAIC	2015 - atual	Ensino Fundamental (1º ao 9º anos)

Cabe ressaltar que o PAIC é uma política amplamente reconhecida no debate educacional brasileiro como um exemplo de sucesso. O programa cearense inspirou a criação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) pelo Ministério

da Educação, em 2013, e experiências similares de programas de alfabetização em regime de colaboração com os Municípios têm sido implementadas em diversos Estados brasileiro²⁶.

²⁶ > Amapá, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul são exemplos de Estados que vêm implementando programas estaduais de alfabetização em regime de colaboração entre Estado e Municípios, inspirados no PAIC. Fonte: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/2o-Relatorio-Anual-de-Acompanhamento-do-Educacao-Ja_final.pdf

B > Principais objetivos do Mais PAIC

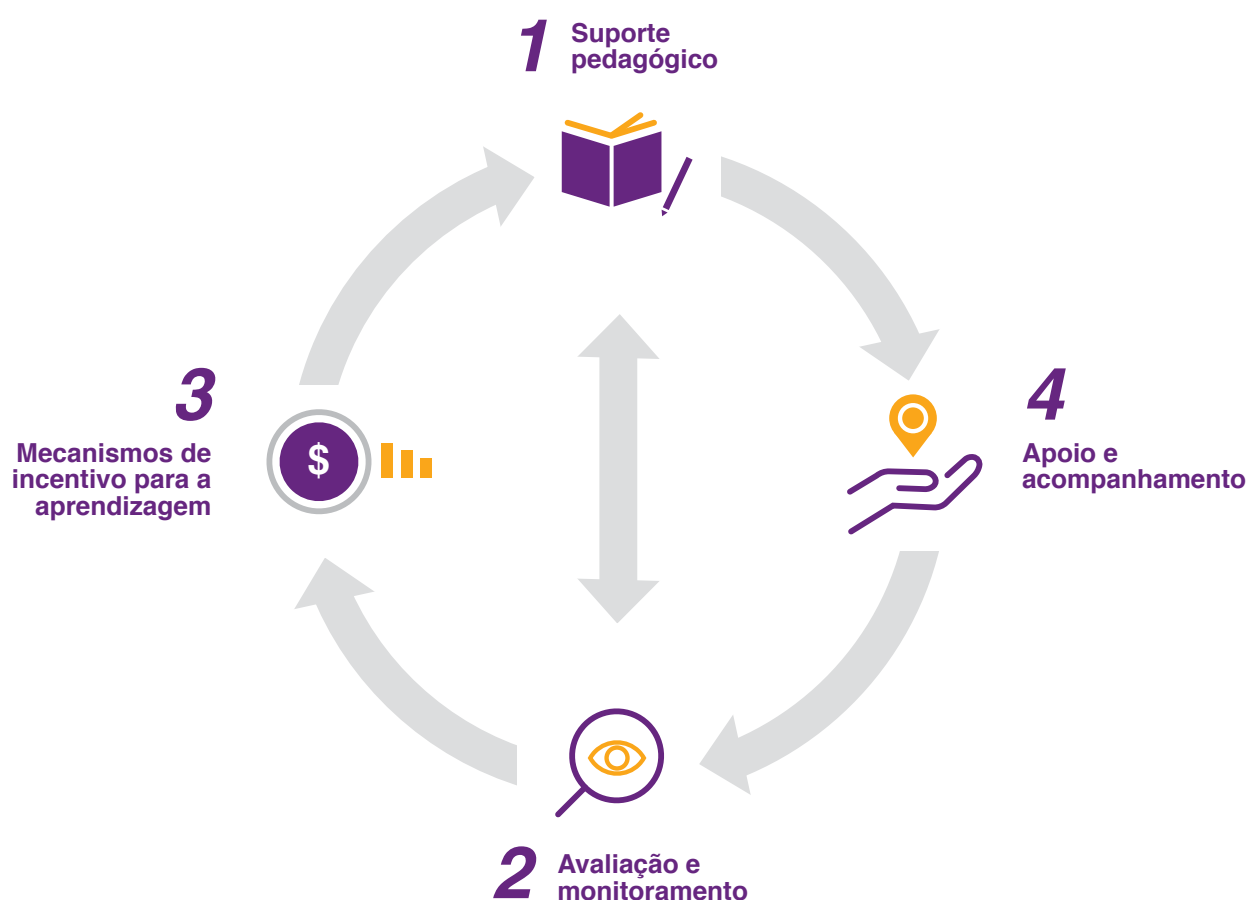
Apoiar os Municípios cearenses na oferta de uma Educação de qualidade no Ensino Fundamental;

Garantir as condições necessárias para que todos os alunos cearenses cheguem ao 9º ano do Ensino Fundamental sem distorção idade-série e com o domínio das competências de leitura, escrita, cálculo e ciências adequadas à sua idade e ao seu nível de escolarização²⁷.

C > Visão sistêmica do Mais PAIC

Um dos principais méritos da construção do PAIC como política pública é a percepção de que um desafio complexo, como os baixos níveis de aprendizagem dos estudantes cearenses, não seria possível de ser superado a partir de uma solução única. Para tal, foi necessário estruturar um conjunto de políticas públicas educacionais coerentes e articuladas entre si, que, na sua interação, produzem resultados robustos. A figura 5 apresenta os principais elementos da visão sistêmica do Mais PAIC.

FIGURA 5 » ELEMENTOS DA VISÃO SISTÊMICA DO MAIS PAIC



ELEMENTO	COMPONENTES
1. Suporte pedagógico	Oferta de referenciais curriculares, formação de professores e material didático.
2. Avaliação e monitoramento	Disponibilização de instrumentos avaliativos (Protocolo Mais PAIC e Spaece) e de sistema para acompanhamento e monitoramento de resultados (SISPAIC).
3. Mecanismo de incentivo para a aprendizagem	Incentivo financeiro para Municípios (distribuição da cota-parte do ICMS atrelada a resultados educacionais) e para escolas (Prêmio Escola Nota 10).
4. Apoio e acompanhamento	Estrutura de suporte aos Municípios composta pela Copem (nível estadual), Credes, Cecom (nível regional) e bolsistas do PAIC (nível municipal).

FONTE: Elaboração: Todos Pela Educação.

²⁷ > Elaborado a partir do art 2º da Lei nº 15.921, que institui o Mais PAIC.

O PAIC foi capaz de estruturar uma combinação poderosa entre suporte, incentivos e responsabilização. Assim, ao mesmo tempo em que são fornecidos às redes municipais e às escolas uma série de insumos para apoiá-las na oferta de uma Educação de qualidade (por exemplo, formação para professores, materiais didáticos, avaliações, equipes destinadas a suporte e acompanhamento), também são estabelecidos mecanismos de indução para incentivar a melhoria dos resultados educacionais (distribuição da cota-parte ICMS para Municípios e Prêmio Escola Nota 10 para escolas).

Portanto, o PAIC é um exemplo de que apenas o estabelecimento de metas, padrões e incentivos não é suficiente para o avanço dos resultados educacionais. É necessário articular esses elementos de responsabilização com uma forte estrutura de apoio e acompanhamento pedagógico, para dotar os agentes implementadores de condições para atingirem os resultados almejados²⁸.

D > Destaques do Mais PAIC

1. Suporte pedagógico

O Mais PAIC fornece apoio e suporte pedagógico aos Municípios, por meio de três principais elementos: **referenciais curriculares, formação continuada para professores e materiais pedagógicos.**

O quadro abaixo aponta como são ofertados esses elementos para as redes de ensino municipais:

O sucesso do regime de colaboração estabelecido entre Estado e Municípios Mais PAIC pode ser entendido como uma combinação entre suporte, incentivos e responsabilização.

²⁸ > Para aprofundamento nessa temática a partir do caso do Ceará, veja (BATISTA FILHO, 2021) "Reformas educacionais de terceira geração e sua efetividade: o debate teórico à luz dos casos cearense e pernambucano". Disponível em: https://media-exp1.licdn.com/dms/document/C4D2DAQF1JN_fWQmKxg/profile-treasury-document-pdf-analyzed/0/1621690223953?e=1632906000&v=beta&t=0Zsi6bJXaoC0GJ6VKpJgnl5-t4roUQ7if2ZiGbdDRb8



REFERENCIAIS CURRICULARES

- De 2007 a 2011, não existiam orientações curriculares definidas e as redes municipais baseavam-se na matriz de habilidades do Spaee e nos materiais pedagógicos do PAIC. A partir de 2011, foram criadas orientações curriculares para Língua Portuguesa e Matemática, do 1º ao 5º anos;
- A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ceará construiu o documento “Referencial Curricular do Ceará para a Educação Infantil e Ensino Fundamental”²⁹, homologado em dezembro de 2018;
- Este documento foi construído em regime de colaboração com os Municípios, sendo que 170 dos 184 Municípios homologaram como currículo o Referencial Curricular Estadual³⁰. O fato de já existir uma sólida política de cooperação entre Estado e Municípios foi central para garantir essa ampla adesão ao Referencial Estadual;
- Já em 2020, com o fechamento das escolas devido à pandemia de Covid-19 e a consequente necessidade de priorização de habilidades, a Seduc lançou o documento “Orientações Curriculares Prioritárias do Ceará”³¹, com o objetivo de auxiliar as redes municipais na definição das habilidades essenciais a serem trabalhadas em 2020 e em 2021.



FORMAÇÃO DE PROFESSORES

- A formação continuada é um elemento fundamental para o êxito do Mais PAIC. Ela garante que os professores saibam quais são e como ensinar as habilidades previstas no referencial curricular e as formas para o uso dos materiais pedagógicos fornecidos pela Seduc;
- A formação é organizada em três níveis: estadual, regional e local.
 - 1) Estadual** - O processo se inicia na Seduc, por meio da Coordenadora de Cooperação com os Municípios (Copem), que seleciona e prepara um formador bolsista para cada uma das Credes, além de produzir os materiais que serão usados nas formações;
 - 2) Regional** - O formador bolsista é o responsável por organizar as formações para os formadores locais (chamados de “multiplicadores”) na cidade-sede da Crede;
 - 3) Local** - Os multiplicadores dão as formações para os professores das escolas das redes municipais. Em média, cada multiplicador atende 35 professores;
- O Mais PAIC garante a formação para os multiplicadores, mas as redes municipais e as escolas têm autonomia para decidir como organizarão a formação continuada;
- Uma pesquisa apontou que as características de uma formação continuada eficaz estão presentes na formação continuada oferecida pelo Mais PAIC³².



MATERIAIS PEDAGÓGICOS

- A distribuição de materiais pedagógicos para as redes municipais busca garantir uma unificação das habilidades trabalhadas em todas as escolas e apoiar a prática dos professores em sala de aula;
- As redes municipais não são obrigadas a usar esses materiais. Contudo, como são percebidos por diferentes atores como materiais de boa qualidade e alinhados ao referencial curricular e à matriz de habilidades do Spaee, são amplamente utilizados pelas redes municipais;
- Os principais materiais do Mais PAIC distribuídos para as escolas municipais são os cadernos de atividades para professores e alunos de Língua Portuguesa e de Matemática, do 1º ao 9º anos³³. Esses materiais são produzidos pela equipe da Seduc, formada por professores da rede de ensino, o que garante maior adequação ao contexto local e legitimidade para o uso;
- Livros paradidáticos de literatura infantil escritos por autores cearenses, para incentivo à leitura, são distribuídos por meio da iniciativa PAIC, Prosa e Poesia.

²⁹ > Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/02/DCRC_2019_OFICIAL.pdf.

³⁰ > Fonte: Observatório do Movimento pela Base. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef-estado/?uf=CE>.

³¹ > Disponível em: <https://idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/downloads/category/321-ocpc>.

³² > MARQUES (2018), em “Formação Continuada de professores no ‘Programa de Alfabetização na Idade Certa’ (PAIC): peça-chave para o sucesso da política educacional cearense?”, apontou que os cinco elementos de uma formação continuada eficaz (foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, métodos ativos de aprendizagem, participação coletiva, duração prolongada e coerência) estão presentes no modelo de formação do PAIC. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20709/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

³³ > Para conhecer mais esses materiais, acesse: <https://idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/downloads/category/227-cadernos-volume-i>.

Este suporte pedagógico a partir desses três elementos é fundamental, já que muitos Municípios não possuem capacidade técnica nem financeira para desenvolver esses recursos, que são centrais para apoiar os professores em sala de aula. Além disso, a

oferta desse “pacote” de gestão pedagógica garante uma padronização para que todos avancem a partir das mesmas condições, sem aumentar as desigualdades na oferta educacional entre os Municípios.



QUADRO 1 » PARA SABER MAIS

Recuperação da aprendizagem no retorno presencial

Em agosto de 2021, o Governo Estadual lançou o programa Pacto Pela Aprendizagem, que busca apoiar os Municípios na recuperação da aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental, que foi fortemente afetada pelo fechamento das escolas devido à pandemia de Covid-19. O programa estará vigente em 2021 e 2022 e conta com investimento total de R\$ 130 milhões³⁴, sendo:

- **R\$ 50 milhões em insumos tecnológicos para escolas municipais**, Plataformas de Aprendizagem e material de apoio à recuperação dos alunos;

- **R\$ 80 milhões destinados ao repasse aos Municípios** para reforma e aquisição de equipamentos para escolas, aquisição de veículos de transporte escolar, melhoria da conectividade via aquisição de tablets e computadores e implementação de tempo integral na rede municipal e apoio às atividades extracurriculares de recuperação da aprendizagem dos estudantes.

2. Avaliação e Monitoramento

Por mais que o suporte pedagógico seja um elemento central no PAIC, não basta apenas fornecê-lo às redes e escolas municipais. Também é necessário acompanhar o trabalho por meio de avaliações, que possibilitam um monitoramento contínuo da aprendizagem e

a identificação de quais redes de ensino e escolas precisam de mais apoio. No Ceará, existem dois instrumentos avaliativos de larga escala: o Protocolo de avaliação Mais PAIC e o Spaece. O quadro abaixo aponta as principais características dessas avaliações.

CARACTERÍSTICAS	PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO MAIS PAIC	SPAECE
Ano de início	2007	1992
Responsável	Seduc	CAEd/UFJF (contratado pela Seduc)
Tipo de avaliação	Avaliação diagnóstica ³⁵	Avaliação somativa ³⁶
O que avalia?	Língua Portuguesa e Matemática	Língua Portuguesa e Matemática
Quais anos avalia?	Avaliação censitária. Participam todos os alunos matriculados nas turmas de 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas (municipais e estaduais) do Ceará.	Avaliação censitária. No Ensino Fundamental, participam os alunos do 2º, 5º e 9º anos das redes municipais e estaduais.
Periodicidade	Anual. Realizada no início do ano letivo.	Anual. Realizada no final do ano letivo.
Modelo da Avaliação	Múltipla escolha, com resultados analisados pela Teoria Clássica dos Testes (TCT ³⁷). Do 2º ao 5º anos, também há uma produção textual.	Múltipla escolha, com resultados analisados pela Teoria de Resposta ao Item (TRI ³⁸).

³⁴ > Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2021/08/27/com-investimento-de-r-130-milhoes-pacto-pela-aprendizagem-vai-garantir-mais-avancos-para-o-ensino-fundamental-no-ceara/>.

³⁵ > Ação avaliativa realizada no início de um processo de aprendizagem, cujo objetivo é obter informações sobre como os estudantes estão em relação às habilidades com as quais já tiveram contato, visando organizar os processos de ensino e aprendizagem, de acordo com as situações identificadas. Fonte: CAEd/UFJF.

³⁶ > É uma modalidade avaliativa pontual que ocorre ao fim de um processo educacional (ano, semestre, bimestre, ciclo, curso etc.). Está preocupado com resultados de aprendizagens, tendo a capacidade de, além de informar, situar e classificar o avaliado. Fonte: CAEd/UFJF.

³⁷ > A TCT é um método de análise de desempenho que leva em conta a quantidade de questões respondidas corretamente, sem considerar o grau de dificuldade. Isso significa que, se em uma prova de dez questões, o aluno acertar seis, sua nota final é 6.

³⁸ > A TRI é uma metodologia de avaliação que não contabiliza apenas o número total de acertos do teste. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens). Esse método é utilizado em avaliações externas de larga escala, como o Saeb e o Enem.

O suporte pedagógico é um elemento central, mas sozinho não é suficiente. É necessário o monitoramento contínuo da aprendizagem e a identificação de quais redes de ensino e escolas precisam de mais apoio. No Ceará, existem dois instrumentos avaliativos de larga escala: o Protocolo de avaliação MAIS PAIC e o Spaece.

Os dois instrumentos têm usos e atribuições diferentes. O Protocolo Mais PAIC tem como objetivo principal proporcionar aos professores e aos gestores das escolas e das redes municipais um conjunto de informações sobre quais habilidades já estão consolidadas pelos alunos e quais ainda têm lacunas. Este diagnóstico permite intervenções imediatas no processo formativo, além de guiar o planejamento pedagógico dos professores e das escolas ao longo do ano letivo. Portanto, é uma avaliação com devolutiva mais rápida para as escolas e não tem o objetivo de classificar as escolas e as redes municipais nem publicizar os resultados.

A Secretaria fornece a avaliação, mas os Municípios são responsáveis pela aplicação e pela digitalização dos gabaritos no Sistema de Avaliação do Mais PAIC (SISPAIC). É por meio desse sistema, alimentado constantemente com informações pelas escolas e pelas redes municipais, que a Seduc, por meio da Copem e das Credes, acompanha o desempenho de cada rede municipal e de cada escola. Esse sistema permite visualizar se as redes e as escolas municipais estão avançando conforme as metas e os indicadores que são estabelecidos no início do ano, em pactuação com as Secretarias Municipais.

Já o Spaece tem como função subsidiar diagnósticos, construção de metas e planos de ação, principalmente das redes municipais, Credes e da Seduc. Portanto, é um instrumento que tem menos utilidade para o planejamento pedagógico, mas é central para monitorar os avanços educacionais do Ceará. Seus resultados são divulgados amplamente, inclusive na imprensa.

O Spaece é reconhecido como um instrumento avaliativo robusto confiável, sendo que classifica as escolas e os Municípios de acordo com os níveis de aprendizagem dos estudantes. Por essa razão, é o principal parâmetro para as duas principais políticas de indução de resultados educacionais do Ceará: a distribuição da cota-parte do ICMS, vinculada a resultados educacionais, e o Prêmio Escola Nota 10.

3. Mecanismos de incentivos para a aprendizagem

Uma das grandes explicações para o sucesso dos resultados educacionais no Ceará no Ensino Fundamental é a interação de elementos de suporte e apoio às escolas e às redes municipais combinados com mecanismo de indução e competição. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o governo fornece condições para que todos avancem, também reconhece e incentiva aqueles que obtêm melhores resultados.

No Ceará, esses mecanismos de responsabilização são voltados para os Municípios (distribuição da cota-parte do ICMS vinculada a resultados educacionais) e para escolas (Prêmio Escola Nota 10). Esse ponto deve ser sublinhado para que não se entenda os incentivos cearenses como uma forma de responsabilização individual de professores e gestores escolares, comuns em políticas de bonificação.

Parte 1 » Vinculação da distribuição da cota-parte do ICMS a resultados educacionais³⁹

O principal objetivo da medida é estabelecer um incentivo, especialmente para os Prefeitos, para priorizarem a qualidade da Educação ofertada no Município. Assim, avançar nos resultados educacionais significa para as gestões municipais ter acesso a mais recursos financeiros livres que podem ser aplicados em diferentes áreas, não necessariamente na Educação.

O ICMS é um imposto estadual, sendo que 25% do valor arrecadado deve ser repassado aos Municípios. Desses 25% que são repassados, ao menos 65% deve seguir o critério do Valor Adicionado Fiscal (VAF). A parte restante (até 35%, chamada de cota-parte) é redistribuída de acordo com a definição em lei estadual⁴⁰.

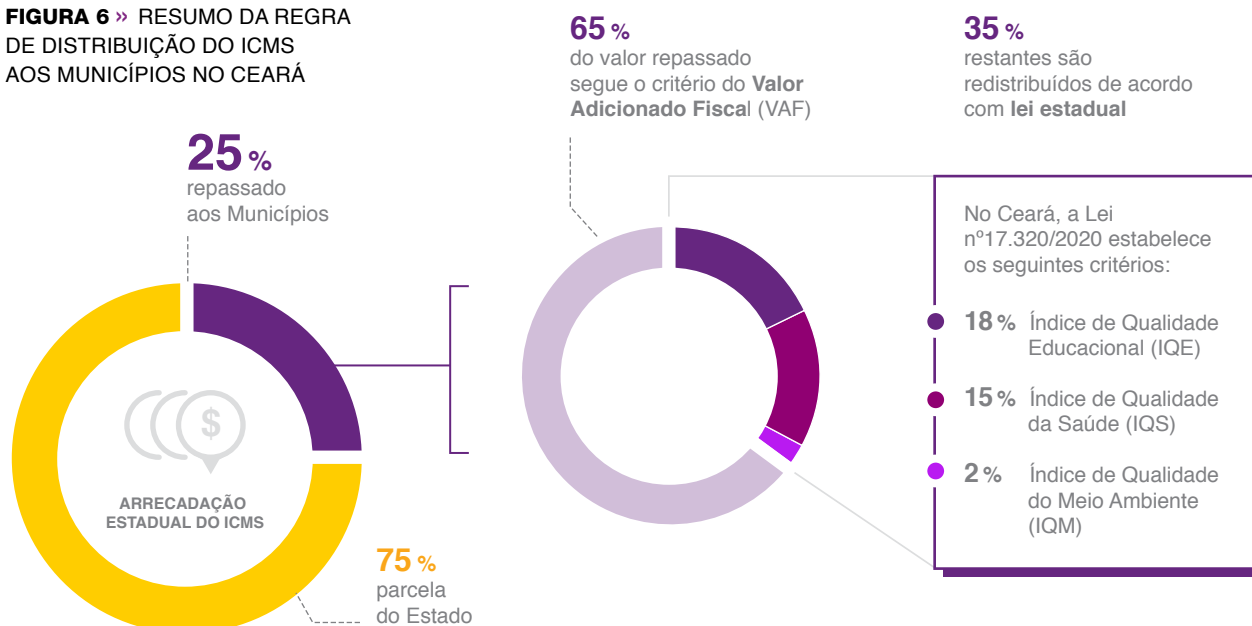
39 > Para uma análise detalhada sobre essa política, veja (Banco Mundial, 2019) “Implementando um Mecanismo de Incentivos para os Governos Municipais Melhorarem os Resultados da Educação”. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/354741606111551682/pdf/Implementing-a-Results-Based-Financing-Mechanism-for-Subnational-Governments-to-Improve-Education-Outcomes-An-Implementation-Guide-Inspired-by-the-Case-of-Ceara-Brazil.pdf>.

40 > Definição dada pela Emenda Constitucional nº 108/2020.

A grande inovação que o Ceará trouxe foi a aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa⁴¹, em 2007, que determinou que a distribuição da cota-parte do ICMS

levasse em conta os resultados educacionais dos Municípios. A figura 6 ilustra esse processo.

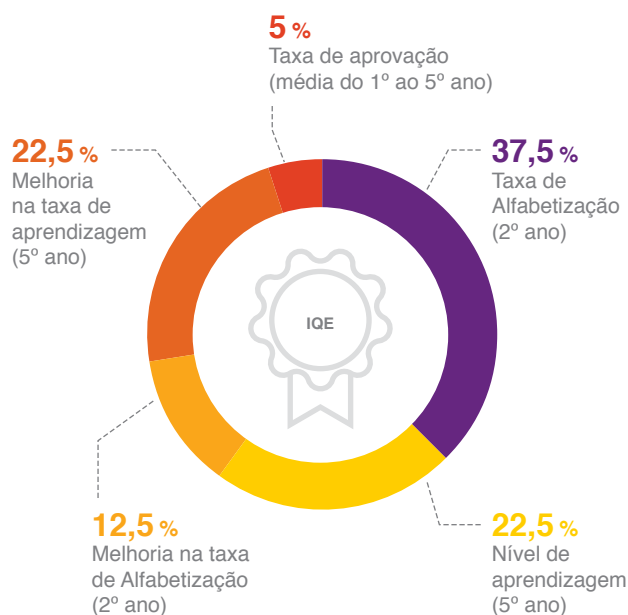
FIGURA 6 » RESUMO DA REGRA DE DISTRIBUIÇÃO DO ICMS AOS MUNICÍPIOS NO CEARÁ



Elaboração: Todos Pela Educação.

O IQE leva em conta os seguintes critérios, conforme aponta a figura 7:

FIGURA 7 » COMPONENTES DO CÁLCULO DO IQE



Elaboração: Todos Pela Educação, a partir do Banco Mundial (2019).

Nota-se que um elemento importante na construção da ponderação do IQE é que tanto os níveis de aprendizagem como o avanço/melhoria no período (o delta de um ano para o outro) são considerados. Isto é, um Município que tem resultados educacionais ruins, mas consegue avançar de um ano para o outro, terá o seu esforço reconhecido.

Portanto, o ICMS-Educação é entendido como um elemento central para impulsionar a aprendizagem nos municípios cearenses. O êxito da medida é reconhecido nacionalmente, sendo que a Emenda Constitucional nº 108/2020⁴² tornou obrigatório para todos os Estados o modelo de financiamento baseado em resultados educacionais, nos moldes do formato implementado no Ceará.

⁴¹ > A primeira lei aprovada foi a nº 14.023/2007. Atualmente, essa medida é regulamentada pela Lei nº 17.320/2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/07/Lei_Estadual_17320_231020_Modifica_Cota_Parte.pdf.

⁴² > Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm>

Parte 2 » Prêmio Escola Nota 10⁴³

A premiação, criada em 2009, possui dois objetivos principais: i) reconhecer as escolas públicas (tanto municipais como estaduais) de Ensino Fundamental com melhores resultados educacionais e ii) apoiar as escolas de menor desempenho.

Por mais que seja um mecanismo de responsabilização e indução para resultados, o grande diferencial do Prêmio é que ele também estimula a cooperação entre as escolas, já que a escola premiada tem que auxiliar uma escola entre as com piores desempenhos (chamada de apoiada), por meio de ações de cooperação técnico-pedagógicas. Assim, promove-se na rede um ambiente de colaboração e disseminação de práticas de gestão exitosas. Além disso, as escolas apoiadas também recebem recursos financeiros para auxiliar na melhoria de resultados. As perguntas abaixo detalham o funcionamento do prêmio.

Quem recebe o prêmio?

- São premiadas até 150 melhores escolas de cada um dos anos avaliados no Spaece (2º, 5º e 9º anos), assim, o total de escolas premiadas pode chegar a 450 escolas;
- Para receber o prêmio, é necessário ter Índice de Desempenho Escolar (IDE) entre 7,5 e 10 (para o 2º ano, entre 8,5 e 10), no mínimo 20 alunos matriculados no ano avaliado no Spaece e 90% de participação no Spaece. Esse critério de participação é importante para evitar condutas inadequadas das escolas, como colocar apenas os estudantes de mais alto desempenho para fazer o Spaece;
- As escolas premiadas e apoiadas não podem concorrer ao prêmio no ano seguinte.

Como é calculado o IDE?

- O IDE leva em conta três dimensões:
 - i) proficiência padronizada;
 - ii) taxa de participação no Spaece e
 - iii) fator de ajuste.
- O fator de ajuste é calculado a partir da porcentagem de alunos em cada nível de proficiência. Por exemplo, duas escolas têm a mesma proficiência, mas em uma há muito mais desigualdade na aprendizagem e em outra menos, assim, o fator de ajuste da escola menos desigual será maior. Esta medida incentiva as escolas a buscarem mais equidade na aprendizagem dos alunos.

Qual é o valor do prêmio?

O valor da premiação por escola é de R\$ 2.000 por aluno no ano avaliado (exemplo: se uma escola tem 100 alunos no 2º ano e 90 fizeram o Spaece, a escola recebe R\$ 180.000).

Como o prêmio é pago?

- As escolas premiadas recebem, em um primeiro momento, 75% do valor da premiação. Os outros 25% são pagos no ano seguinte, se a escola cumprir três condições:
 - i) Manter ou elevar seus resultados no Spaece;
 - ii) Firmar um termo de cooperação técnico-pedagógico com uma escola apoiada (selecionada entre aquelas com piores resultados)⁴⁴;
 - iii) A melhoria dos resultados da escola apoiada, que devem atingir nota mínima de 5,0 no IDE.
- Já as escolas apoiadas recebem R\$ 1.000 por aluno no ano avaliado para implementarem um plano de melhoria dos resultados. Recebem 50% do valor e somente têm direito a receber a outra metade no ano seguinte se atingirem um IDE maior que 5.

A cerimônia de premiação acontece todos os anos em Fortaleza. É um evento simbólico que conta com a participação de representantes de todos os segmentos que fazem a Educação no Ceará (do Governador até os professores). Esse momento fortalece o engajamento e o senso de pertencimento de todos e serve como uma grande comemoração em reconhecimento aos resultados alcançados no ano anterior⁴⁵.

O desenho dessa política é fundamental, na medida em que é um mecanismo de indução para resultados que leva em conta a equidade (por meio do fator de ajuste do IDE) e evita situações de manipulação nos resultados, já que as escolas poderiam selecionar apenas os melhores alunos para fazer a prova (mínimo de 90% de participação no Spaece). Por fim, cabe ressaltar que essa política é capaz de combinar incentivos com cooperação, sendo fundamental para a melhoria da qualidade e da equidade na Educação cearense.

⁴³ > Regulamentado pela Lei nº 15.923/2015. Disponível em: https://idadecerta.seduc.ce.gov.br/images/leis/lei_15923_de15dedezembrode2015.pdf.

⁴⁴ > Essa medida de cooperação é válida apenas para as escolas que estão nas categorias de 5º e 9º anos. Já que, como o Estado avançou muito na alfabetização (2º ano), existe um número muito menor de escolas que precisam ser apoiadas.

⁴⁵ > Para conhecer mais, veja o vídeo da cerimônia de premiação de 2019: <https://www.youtube.com/watch?v=EV6oCTizb5w>.

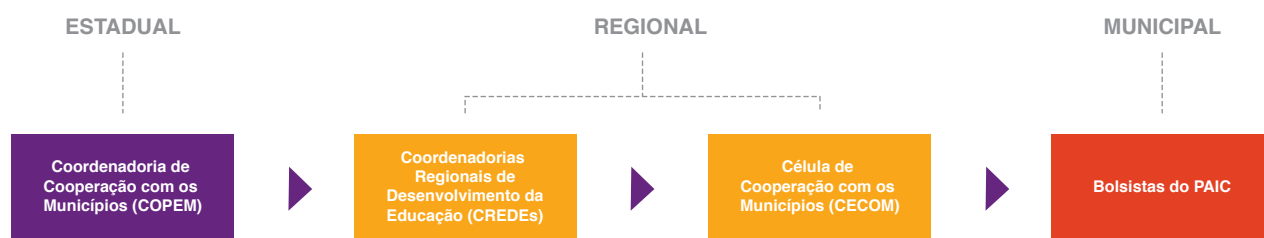
4. Apoio e acompanhamento

No Ceará, apenas nove Municípios, entre os 184, possuem mais de 100 mil habitantes. Assim, a grande maioria dos Municípios cearenses são pequenos e com muitas dificuldades do ponto de vista técnico e financeiro para a implementação de políticas públicas. Um dos principais méritos do PAIC foi compreender que os incentivos, o suporte pedagógico e o monitoramento seriam fundamentais, mas

precisavam estar aliados com uma forte estrutura de apoio e acompanhamento às redes municipais.

Para isso, a Secretaria necessitava construir e fortalecer estruturas específicas para viabilizar o regime de colaboração com os Municípios e dotá-las de autonomia e um direcionamento claro de quais seriam seus objetivos centrais (descentralização coordenada). A figura 8 traz os quatro principais elementos dessa estrutura de acompanhamento.

FIGURA 8 » ESTRUTURA DA SEDUC DE ACOMPANHAMENTO AOS MUNICÍPIOS



Elaboração: Todos Pela Educação.

Um dos principais méritos do PAIC foi compreender que os incentivos, o suporte pedagógico e o monitoramento seriam fundamentais, mas precisavam estar aliados com uma forte estrutura de apoio e acompanhamento às redes municipais.

No nível estadual, há a **Copem**, criada em 2007, a partir de uma reestruturação da Seduc, para coordenar a implementação do PAIC. Tem como principal objetivo definir políticas e estruturar ações que contribuam para elevar a qualidade da Educação Infantil e de todo o Ensino Fundamental, que estão sob responsabilidade dos Municípios. A Copem é uma estrutura robusta

dentro da Secretaria, com cerca de 70 servidores, sendo que a liderança da área tem o status de Subsecretário, respondendo diretamente à liderança da Seduc. Fortalecer a estrutura que viabiliza o regime de colaboração dentro da Seduc foi central para organizar a cooperação e permitir a implementação adequada do PAIC. Para tal, a Copem está dividida em três células:

CÉLULA	PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES
Célula de Fortalecimento da Alfabetização e Ensino Fundamental (Cefae)	• Formação de professores e produção de material pedagógico; • Foco está na elaboração dos elementos de suporte pedagógico.
Célula de Fortalecimento da Gestão Municipal e Planejamento de Rede (Cemup)	• Formação de técnicos e gestores das redes municipais, apoios aos Municípios com avaliações, Prêmio Escola Nota 10 e bolsistas do PAIC; • Foco está no apoio aos Municípios na gestão da Secretaria e coordenação de iniciativas importantes do programa.
Célula de Cooperação Financeira de Programas e Projetos (Cecof)	• Apoio na gestão de convênio e do transporte escolar; • Foco no suporte aos Municípios em questões operacionais e burocráticas.

A Copem realiza o suporte aos Municípios com o apoio das **Credes**, que conseguem fazer este acompanhamento de forma mais próxima. As Credes tiveram uma grande mudança na sua forma de atuação a partir do PAIC. Antes de 2007, tinham como função acompanhar e supervisionar as escolas da rede estadual, especialmente no Ensino Médio, que estavam espalhadas pelo Estado. No Ceará, existem 20 Credes no interior e a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor), formada por três unidades, sendo cada uma responsável por uma região da capital.

A partir da implementação do PAIC, as Credes passaram a ser responsáveis também por acompanhar as redes municipais da sua área de abrangência e oferecer o suporte necessário para que avancem em termos de resultados educacionais. Para tal, foi criada uma estrutura específica para acompanhamento dos Municípios dentro da Credes, a **Cecom**. As equipes das Cecoms promovem encontros periódicos com os Secretários e equipes técnicas dos Municípios de sua área de abrangência, visitam as escolas dos Municípios e os apoiam em atividades de gestão e pedagógicas.

As Credes funcionam também como um elo entre a Copem e os Municípios, permitindo que as políticas desenhadas na Seduc sejam, de fato, implementadas nas redes municipais e nas escolas. Além disso, cabe ressaltar que os Coordenadores de Credes, que

lideram essa estrutura, são selecionados a partir de critérios técnicos, por meio de um processo seletivo. Esse fato contribui para o aumento da autonomia e da legitimidade do trabalho das Credes e diminui eventuais interferências político-partidárias.



QUADRO 2 » PARA SABER MAIS

Processo de seleção dos coordenadores de Crede⁴⁶

- As lideranças das Credes são elementos fundamentais para o êxito do PAIC. Sendo assim, são selecionadas por meio de um rigoroso processo seletivo;
- O processo conta com duas fases:
 - » **Fase 1:** Prova objetiva de 40 questões, com caráter classificatório e eliminatório, abrangendo conhecimento de Língua Portuguesa, raciocínio lógico, gestão pública e gestão da Educação e sociedade brasileira, política e legislação educacional;
 - » **Fase 2:** Participação em curso de Fundamentação (sobre as políticas educacionais do Ceará), avaliação comportamental e entrevista;
- Os candidatos aprovados são alocados nas Credes em cargo de comissão.

⁴⁶ > Para detalhes, ver o Edital, disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2011/04/Edital__2.pdf

Já no nível municipal, cada Secretaria conta com **bolsistas do PAIC** que são responsáveis por acompanhar e auxiliar a implementação da política. Normalmente, são profissionais que já atuam na Secretaria Municipal e recebem uma bolsa do Governo Estadual para que fiquem responsáveis, dentro das Secretarias, pelo programa e pelo acompanhamento das escolas de Ensino Fundamental⁴⁷.

Essa estrutura de apoio e acompanhamento dos Municípios, formada por esses quatro principais componentes, é fundamental para garantir que todos os Municípios tenham condições para avançar. Além disso, a Copem mapeia, por meio dos resultados das avaliações, alguns Municípios prioritários, que precisam de mais suporte, com os quais são desenvolvidas algumas ações específicas.

Por fim, cabe ressaltar que esse sistema de apoio e suporte aos Municípios foi construído a partir de uma relação de muito diálogo e confiança entre as partes, em um clima de horizontalidade. Os bons resultados atingidos fortaleceram essa cooperação, que é parte central da explicação do êxito dos resultados educacionais cearenses.



QUADRO 3 » PARA SABER MAIS

Os custos do PAIC

- Por mais que seja um amplo programa com diversas ações de apoio aos 184 Municípios cearenses, o PAIC é uma iniciativa de baixo custo. O custo do programa representa cerca de 0,2% do orçamento anual do Estado do Ceará e 1,3% do orçamento anual da Seduc⁴⁸;
- O custo anual do programa é de aproximadamente R\$ 50 milhões, sendo distribuídos da seguinte forma⁴⁹: R\$ 24,8 milhões distribuídos em premiação para as escolas; R\$ 9 milhões para a realização da avaliação⁵⁰; R\$ 7,5 milhões para a aquisição de material didático; R\$ 7 milhões em bolsas; e outros R\$ 1,8 milhão em apoio logístico para a execução das formações.



⁴⁷ > Os bolsistas Mais PAIC que atuam nos Municípios são os formadores municipais, selecionados para atuarem nas seguintes áreas do conhecimento: Educação Infantil, Gestão Pedagógica-Alfabetização e Formação de Professores; Gestão da Educação Municipal, Formação do Leitor, Avaliação Externa da Aprendizagem. Em 2021, cada Município teve seis bolsistas.

⁴⁸ > Estudo feito pela Consultoria Peers, a pedido do Instituto Natura. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2020/08/Resumo-Executivo-Custos-do-PAIC..pdf>.

⁴⁹ > Fonte: <https://idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/objetivos-e-competencia>. Dados atualizados foram repassados pela equipe técnica da Seduc-CE ao Todos Pela Educação.

⁵⁰ > Último valor disponível, já que, atualmente, está sendo realizado um novo processo de licitação para contratação de avaliação.

3.2.3 > Ensino Médio - Ceará Educa Mais

A > Contexto de criação do Ceará Educa Mais

Ainda que o Ceará esteja entre os destaques nacionais em termos de resultados educacionais no Ensino Médio, os indicadores de aprendizagem nesta etapa apresentam um cenário muito desafiador para o Estado. Visando superar este desafio, o Ceará lançou, em julho de 2021, uma política específica para o Ensino Médio, o Ceará Educa Mais. Essa política foi institucionalizada por meio da Lei nº 17.572/2021, aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador⁵¹.

Essa política organiza as principais estratégias da rede estadual para o Ensino Médio, buscando unificá-las em uma mesma política para que as ações nessa etapa aconteçam de forma mais coordenada e sistêmica. Cabe ressaltar que o programa consiste em 25 iniciativas, sendo que muitas já estavam implementadas ou em início de implementação na rede de ensino e outras são inovações visando enfrentar o novo contexto educacional e a mitigação dos efeitos da pandemia na aprendizagem.

B > Principais objetivos do Ceará Educa Mais:

- Elevar o desempenho acadêmico e aprimorar as competências socioemocionais dos estudantes para proporcionar a melhoria da aprendizagem na rede pública estadual;
- Articular e coordenar as diversas iniciativas e estratégias da rede estadual voltadas para as escolas de Ensino Médio.

C > Visão sistêmica do Ceará Educa Mais

O Ceará Educa Mais é constituído por 25 ações estratégicas que foram organizadas em oito eixos. A figura 9 traz os eixos e, em seguida, são detalhadas as principais ações em cada eixo.

FIGURA 9 >> OS 8 EIXOS DO CEARÁ EDUCA MAIS



Elaboração: Todos Pela Educação.

51 > Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2021/17572.htm>

1. Tempo Integral

2 ações:

- *Articulação do Ensino Médio à Educação Profissional;*
- *Política de Ensino Médio em Tempo Integral.*

O Ceará é a segunda rede estadual com maior número de matrículas em tempo integral no Ensino Médio, atrás apenas de Pernambuco. De cada dez alunos desta etapa no Ceará, três estão matriculados em escolas de tempo integral⁵². Atualmente, existem 278 escolas com jornada ampliada (7 ou 9 horas diárias) no Estado, sendo 155 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) e 123 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs)⁵³. O Ceará enxerga que uma das estratégias fundamentais para melhorar a qualidade da Educação ofertada no Ensino Médio é a ampliação da jornada para viabilizar um novo modelo de escola, sendo que esse processo será intensificado nos próximos anos. Em junho de 2021, o Governo Estadual anunciou um plano de expansão de 46 EEMTIs, o que fará com que 50% das escolas públicas da rede estadual de Ensino Médio sejam de tempo integral⁵⁴.

2. Educação conectada

3 ações:

- *Educação Híbrida;*
- *Ceará Educa Mais: conectividade;*
- *Formação Docente e Educação a Distância.*

Este conjunto de ações busca ampliar a conectividade das escolas, alunos e professores, além de garantir que a rede estadual esteja preparada para o modelo híbrido, necessário após a reabertura das escolas durante a pandemia de Covid-19. As escolas receberam investimento em internet de alta velocidade e equipamentos para transmissão de aulas. Já os professores receberão 28 mil notebooks, que foram adquiridos pela rede estadual⁵⁵. Desde 2020, os alunos que não tinham acesso à internet receberam tablets e chips com pacote de dados. A partir de 2022, todos os estudantes que ingressarem no Ensino Médio receberão um tablet com conectividade para terem acesso à internet⁵⁶. Além disso, os professores estão tendo formações sobre como utilizar a tecnologia para mediar as atividades de ensino-aprendizagem.

3. Cuidado e Inclusão

7 ações:

- *Professor Diretor de Turma;*
- *Competências Socioemocionais;*
- *Protagonismo Estudantil;*
- *Educação Inclusiva;*
- *Escola Espaço de Reflexão;*
- *Bibliotecas com Programas de Incentivo à Leitura;*
- *Educação Contextualizada para Convivência no Semiárido.*

O principal destaque deste pilar é o Projeto Professor Diretor de Turma, que possibilita aos professores utilizarem parte de sua carga horária para apoiar um grupo de cerca de 10 estudantes. O professor é responsável por dar suporte aos alunos em questões acadêmicas e socioemocionais e acompanhar o seu desenvolvimento na escola, criando, assim, uma relação mais próxima entre os docentes e os estudantes. A Secretaria aponta a importância desse projeto para a redução dos índices de abandono e de evasão escolar no Ensino Médio⁵⁷. Além disso, existem outros projetos desse pilar que buscam tornar a escola um ambiente mais inclusivo, tendo o protagonismo estudantil como eixo central.

4. Aperfeiçoamento pedagógico

3 ações:

- *Superintendência Escolar;*
- *Fortalecimento da atuação dos Coordenadores Escolares (FACE);*
- *Professor Aprendiz.*

Este eixo busca fortalecer o papel de atores importantes para a melhoria da qualidade da Educação cearense. No caso dos Superintendentes Escolares das Credes, que são responsáveis por acompanhar de cinco a seis escolas estaduais, o objetivo é garantir o suporte necessário para que esses profissionais possam apoiar, efetivamente, os diretores das escolas da rede estadual. Já os Coordenadores Pedagógicos das escolas passaram a receber uma formação específica ofertada pela

⁵² > Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar.

⁵³ > As EEEPs serão exploradas com maior aprofundamento na seção seguinte de destaques de políticas educacionais

⁵⁴ > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2021/06/30/governo-do-ceara-anuncia-tempo-integral-em-mais-46-escolas-de-ensino-medio/>

⁵⁵ > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2021/06/10/governo-do-ceara-vai-adquirir-28-mil-notebooks-para-professores-da-rede-estadual/>.

⁵⁶ > Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2021/05/27/governo-do-ceara-entrega-tablets-aos-alunos-do-ensino-medio-da-rede-estadual/>

⁵⁷ > Para saber do Projeto Professor Diretor de Turma, acesse: <https://www.ceara.gov.br/2020/10/05/projeto-diretor-de-turma-completa-12-anos-de-contribuicoes-para-a-educacao-cearense/>.

Credes. Por fim, há a iniciativa Professor Aprendiz, que paga uma bolsa para os professores que estão em sala de aula para serem formadores de áreas. São responsáveis por promover as formações por disciplinas entre os pares que ocorrem nas Credes⁵⁸.

5. Desenvolvimento e qualificação de professores

2 ações:

- *Oferta de programas de mestrado e doutorado;*
- *Participação em eventos científicos e pedagógicos.*

Esta frente busca oferecer oportunidades de pós-graduação para os professores da rede estadual, por meio de parceria com universidades locais. Além disso, incentiva os docentes a participarem de eventos científicos e pedagógicos nacionais e internacionais, por meio de apoio financeiro.

6. Qualificação Acadêmica e Profissional dos estudantes

3 ações:

- *Ceará Científico;*
- *Centros Cearenses de Idiomas;*
- *EJA + qualificação profissional.*

O Ceará Científico é o programa que incentiva as feiras científicas nas escolas, a participação de alunos da rede estadual em Olimpíadas do conhecimento e a apresentação de trabalhos dos estudantes em congressos. O Centro Cearense de Idiomas (CCI) consiste em unidades geridas pela Seduc (atualmente existem 13 em funcionamento no Estado), que oferecem cursos gratuitos de idiomas aos estudantes no contraturno. Por fim, outra ação é a oferta de cursos de qualificação profissional para os alunos que terminam o EJA, de modo a apoiá-los no ingresso/reinserção no mercado de trabalho.

7. Avanço na aprendizagem

4 ações:

- *Foco na aprendizagem;*
- *Ampliação do escopo do Spaece;*
- *Avaliação Diagnóstica;*
- *Nem 1 aluno fora da escola.*

O foco deste pilar está na mitigação dos impactos da pandemia para os estudantes. Para tal, os processos avaliativos foram reforçados, com a criação de avaliações diagnósticas e ampliação do escopo do Spaece, que passa a avaliar todos os anos do Ensino Médio. Essas avaliações vão guiar o planejamento da rede, a construção dos materiais pedagógicos e a formação de professores. Uma outra ação fundamental é a iniciativa “nem 1 aluno fora da escola”, que prevê um esforço articulado no combate à evasão escolar. Uma série de ações estão sendo feitas, com destaque para uma inovação que são as bolsas para estudantes da rede auxiliarem nesse processo. Os alunos selecionados são responsáveis por contribuir na busca ativa, entrando em contato com os colegas que deixaram a escola⁵⁹.

8. Preparação para o Enem

1 ação:

- *Enem: Chego Junto, Chego Bem.*

Este eixo trata sobre a mobilização e o suporte que a Seduc promove para que os alunos do 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas da rede estadual façam o Enem. Algumas das ações são:

- » **Antes do Enem** - Auxílio para inscrição e isenção de taxa e suporte e motivação para preparação para o exame;
- » **No dia do Enem** - A Secretaria fornece transporte, alimentação e pontos de distribuição de águas e canetas para os alunos que necessitarem;
- » **Após o Enem** - Apoio para os alunos entenderem o funcionamento do Sistema Unificado de Seleção (Sisu) e se matricularem no Ensino Superior.

Esse projeto é importante para garantir uma alta taxa de participação dos alunos no Enem, sendo que o Ceará é um dos Estados que se destaca neste indicador.

⁵⁸ > Para saber mais do Professor Aprendiz, veja (MENDES, 2013) “Professor aprendiz: formação de docentes protagonizada por seus pares na rede estadual do Ceará”. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFJF_a4fd1b40f4beb4a4307963f58b38bb60.

⁵⁹ > Saiba mais sobre esta iniciativa em: <https://www.ceara.gov.br/2021/05/14/nem-1-aluno-fora-da-escola-seduc-promove-campanha-para-a-busca-ativa-de-estudantes/>

D > Destaques do Ceará Educa Mais

Um dos principais destaques no Ensino Médio da Educação cearense são as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), sendo que 17% das matrículas nessa etapa estão nesta modalidade⁶⁰. Essas unidades funcionam com jornada ampliada (10 horas diárias, de 7h às 17h), com carga horária total de 5.400 horas nos três anos do Ensino Médio. A oferta do Ensino Médio é integrada à Educação Profissional, sendo que o currículo desenvolvido é composto por disciplinas da BNCC, formação profissional e uma parte diversificada, em que os estudantes escolhem algumas disciplinas eletivas.

Essa política foi criada em 2008⁶¹, pela Seduc, com o objetivo de oferecer uma nova modalidade educacional para os jovens cearenses, em que pudessem cursar o Ensino Médio e, ao mesmo tempo, ter acesso a uma formação profissional. Para viabilizar essa integração, decidiu-se que todas as escolas dessa modalidade

na rede estadual seriam de tempo integral. Para a implementação dessa política, foi criada uma estrutura específica dentro da Seduc, a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP). As principais responsabilidades da COEDP são implementar o modelo pedagógico e de gestão das EEEPs, além de acompanhar e monitorar o funcionamento das unidades e seus resultados atingidos. Este trabalho é feito em parceria com as Credes.

No início, a Secretaria decidiu priorizar a implantação das EEEPs em cidades-sede das Credes, de modo a garantir que a oferta dessa modalidade abarcasse todo o território estadual. Além disso, foram priorizadas escolas com condições de infraestrutura para adaptar-se às necessidades da modalidade, localizadas em regiões vulneráveis e com baixos indicadores de resultados educacionais. Desde então, essa política vem sendo ampliada na rede estadual⁶², conforme mostra a figura 10.

FIGURA 10 » EVOLUÇÃO DAS EEEPs (2008-2020)

		2008	2020
	ESCOLAS EEEP	25	123
	CURSOS OFERTADOS	4	52
	ALUNOS MATRICULADOS	4.091	55.000
	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	20	101

Elaboração: Todos Pela Educação⁶³.

⁶⁰ > Fonte: Censo Escolar 2020. MEC/Inep.

⁶¹ > Lei nº 1.472/2008, que dispõe sobre a criação das EEEPs no Ceará. Disponível em: <https://apeoc.org.br/wp-content/uploads/2010/11/LEI.n.14273de2008.pdf>.

⁶² > Para uma análise completa sobre a criação e a ampliação das EEEPs, veja (ALENCAR, 2015) "A política de Educação Profissional do Estado do Ceará, na perspectiva da responsabilidade social". Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/ANTONIO-IDILVAN-DE-LIMA-ALENCAR.pdf>

⁶³ > Elaboração a partir de dados disponibilizados pela Seduc. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/03/20/ensino-profissional-no-ceara-em-10-anos-numero-de-alunos-passa-de-4-mil-para-mais-de-52-mil-jovens/> e <https://www.vicgov.ce.gov.br/2021/09/22/izolda-cela-conversa-sobre-educacao-profissional-em-webinar-realizado-pela-seduc/>.

Uma estratégia importante das EEEPs é a construção de parcerias com instituições que garantem que os estudantes façam estágios remunerados durante o último ano de curso. Em 2018, mais de 15 mil oportunidades de estágio foram ofertadas aos jovens. Essa articulação entre as escolas e o mundo do trabalho é um elemento fundamental para o êxito dessa política.

Os cursos ofertados em cada escola também levam em conta as principais atividades econômicas da região, de modo a aumentar as chances de empregabilidade dos estudantes após o curso.

Ainda que isso seja um fator relevante, um número importante dos alunos que finalizam o Ensino Médio nas EEEPs segue para as universidades⁶⁴.

O quadro abaixo resume as principais características das EEEPs que as diferem em relação às escolas de tempo parcial da rede estadual de ensino.

ARQUITETURA CURRICULAR	PROFESSORES E DIRETORES	SELEÇÃO DE ALUNOS	INFRAESTRUTURA
O currículo está dividido em três principais elementos: ● Formação geral: compreende os componentes curriculares básicos e comuns ao Ensino Médio⁶⁵ (13 disciplinas, sendo a carga horária total de 2.620 horas nos três anos); ● Formação profissional composta por conteúdos curriculares específicos, de acordo com cada curso técnico (carga horária de 800 a 1.200 horas, sendo de, no mínimo, 25% em estágios supervisionados. Para cursos da área da saúde é de 50%); ● Parte diversificada, que são disciplinas eletivas como projeto de vida, empreendedorismo, entre outras.	A escolha dos profissionais das EEEPs é feita mediante processo seletivo. Para a formação geral, são alocados professores da rede que passam por processo seletivo específico para atuar nas escolas (participação em seminário para conhecer o modelo das escolas, análise de currículo e entrevistas). Tem carga horária de 40 horas; Para a formação profissional, os docentes são contratados por meio de editais anuais (provas de conhecimentos gerais e específicos ao curso técnico, aula prática e análise de currículos); Os diretores são indicados pela Seduc, após serem aprovados no processo de seleção da rede estadual⁶⁶.	No mínimo, 80% das vagas são destinadas para alunos que cursaram o Ensino Fundamental em escolas públicas, sendo os 20% restantes para alunos egressos da rede privada; Para o processo de seleção, não há uma prova específica, como é muito comum em processos seletivos para escolas técnicas; O principal critério de classificação é a média aritmética das notas relativas às disciplinas cursadas do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental; Essa medida é importante, pois estudantes que vieram de escolas piores, mas tiveram bom desempenho nelas, têm chance de ingresso nas EEEPs.	São unidades com 5,5 mil metros quadrados de estrutura, 12 salas de aula, auditório, bloco administrativo, refeitório e laboratórios; Os laboratórios técnicos são equipados de acordo com a especificidade de cada curso; A capacidade máxima dessas escolas é de 540 alunos; As instalações também possuem bibliotecas, além de ginásio esportivo e teatro de arena.

⁶⁴ > Em 2016 (último dado público disponível), 49% dos alunos ingressaram de forma direta no Ensino Superior, sendo que, destes, 24% em universidades públicas e 76% em privadas. Fonte: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=173.

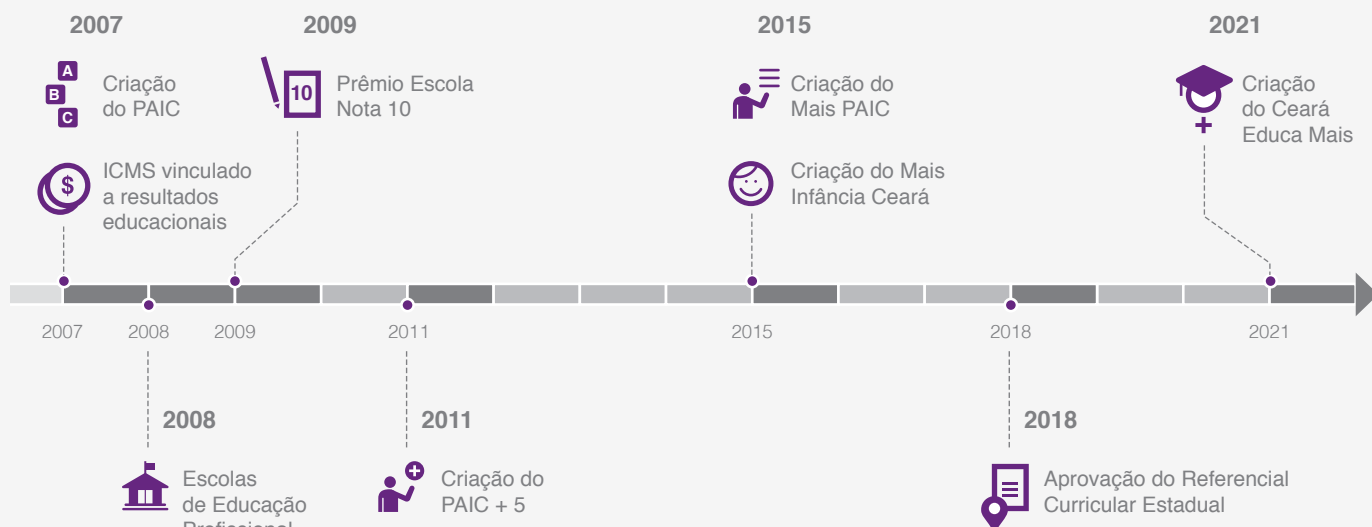
⁶⁵ > Este é o modelo de Ensino Médio antes da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, que começa a ser implementada em 2022.

⁶⁶ > Para saber mais sobre o processo de seleção de diretores, veja: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=144.

Quadro-Resumo do capítulo 3

No capítulo 3, o principal objetivo foi detalhar o funcionamento de algumas das principais políticas educacionais do Ceará. A figura 11 resume essas políticas que vêm sendo mantidas e aprimoradas ao longo dos anos.

FIGURA 11 » LINHA DO TEMPO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO CEARÁ



Elaboração: Todos Pela Educação.



> CONCLUSÃO

ESTE DOCUMENTO mostrou que os resultados que o Ceará tem atingido na Educação Básica, nos últimos anos, não são fruto do acaso. O Estado ocupa as primeiras posições no Ideb, tanto nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental como no Ensino Médio, mesmo sendo um dos Estados mais pobres e com mais dificuldades socioeconômicas do País. Por trás desses excelentes resultados, está a estruturação de um sistema educacional robusto e coerente, que é capaz de garantir avanços nos resultados educacionais das redes municipais cearenses e dos estudantes da rede estadual.

Esse sistema é composto por uma série de políticas estruturantes, sendo que, neste material, são destacadas as três principais: Mais Infância Ceará (Primeira Infância e Educação Infantil), PAIC (Ensino Fundamental) e Ceará Educa Mais (Ensino Médio). Esse processo de transformação da Educação cearense iniciou-se de forma mais intensa a partir de 2007. Desde então, existe uma linha de continuidade das políticas públicas educacionais que vêm sendo aprimoradas e aperfeiçoadas ao longo dos anos.

Essa história foi e está sendo construída por diversos personagens, que vão desde Governadores e Prefeitos

que priorizaram a Educação em suas agendas, passando pelos Secretários(as) e equipes técnicas da Seduc e das redes municipais que trabalharam de forma incansável na formulação, na implementação e no aprimoramento das políticas e, principalmente, pelos diretores e professores que atuam nas escolas municipais e estaduais, atendendo diretamente os alunos. Os grandes beneficiários desse processo são os estudantes cearenses, que têm acesso a uma Educação de qualidade superior àquela oferecida para a grande maioria dos alunos do País.

Espera-se que, ao iluminar alguns dos principais fatores de sucesso do caso do Ceará na Educação Básica, este documento forneça subsídios para outros atores políticos e gestores educacionais de redes municipais e estaduais do Brasil. Nos próximos anos, a mitigação dos impactos da pandemia na Educação deverá ser a tônica das ações dos sistemas educacionais. Porém, não bastarão esforços pontuais e provisórios. A estruturação de sistemas educacionais de alta qualidade, com políticas públicas mais efetivas, que cheguem às salas de aula e permitam que os estudantes aprendam mais, será fundamental. Nesse sentido, o caso cearense pode e deve ser uma inspiração e referência para outros Estados brasileiros.

Espera-se que, ao iluminar alguns dos principais fatores de sucesso do caso do Ceará na Educação Básica, este documento forneça subsídios para outros atores políticos e gestores educacionais de redes municipais e estaduais do Brasil.





LISTA DE ENTREVISTADOS PARA A ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Eliana Estrela

Secretária de Educação na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE) desde janeiro de 2019.

Izolda Cela

Vice-governadora do Estado do Ceará desde janeiro de 2015. Foi Secretária de Educação na Seduc-CE de 2007 a 2014.

Lucas Hoogerbrugge

Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação. Foi Coordenador da Copem na Seduc-CE em 2016.

Márcia Campos

Consultora Educacional. Foi Secretária-Adjunta de Educação de 2016 a 2018 e Coordenadora da Copem na Seduc-CE.

Maria Cecília Gomes Pereira

Gerente de Desenvolvimento Profissional do Movimento Profissional Docente. Coautora da pesquisa “Regime de Colaboração no Ceará: funcionamento, causas do sucesso e alternativas de disseminação do modelo”.

Maurício Holanda - Consultor

Legislativo na Câmara Federal. Foi Secretário de Educação de 2014 a 2016 e Secretário-Adjunto de Educação de 2007 a 2014 na Seduc-CE.

Onélia Leite Santana - Primeira-dama do Estado do Ceará desde janeiro de 2015 e Presidente do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará (CPDI).





**TODOS
PELA
EDUCAÇÃO**

www.todospelaeducacao.org.br



/todoseducacao



@todoseducacao



/user.todospelaeducacao



@todospelaeducacao



/company/todospelaeducacao



Todos Pela Educação